

CONSULTORIA EARTH INNOVATION INSTITUTE

PROJETO SISA+

“Fortalecimento do SISA Acre: aprimoramento dos seus programas e valoração dos ativos e sustentabilidade financeira de uma economia de baixas emissões”

Plano Estadual para o Desenvolvimento de Agronegócios com Baixas Emissões de Carbono no Estado do Acre -ABEC

Documento elaborado para a Earth Innovation Institute
por
Eng. João Shimada

Rio Branco (AC), Julho 2020



Contratante: EARTH INNOVATION INSTITUTE

Diretor do projeto: Elsa Mendoza

Responsabilidade: Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais - CDSA

Diretor-presidente: José Luiz Gondim dos Santos

Diretora técnica: Rosângela Silva de Oliveira Benjamim

Apoio: Iniciativa Internacional da Noruega para o Clima e as Florestas (*Norway's International Climate and Forest Initiative - NICFI*); Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD; Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas - GCF-FT.

Consultoria: Plano Estadual para o Desenvolvimento de Agronegócios com Baixas Emissões de Carbono no Estado do Acre - ABEC

Local: Estado de Acre

Consultor: Eng. João Shimada



Plano Estadual para o Desenvolvimento de
Agronegócios com Baixas Emissões de
Carbono no Estado do Acre

Plano ABEC

Rio Branco – Acre
2020

SUMÁRIO

1 – INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	4
2 – LISTA DE SIGLAS	5
3 – INTRODUÇÃO	7
4 – PREMISSAS BÁSICAS	9
5 – VISÃO GERAL E DE LONGO PRAZO	10
5.1 – MACRO-OBJETIVOS	10
5.2 – METAS GLOBAIS	11
6 – POTENCIALIDADES, ESTRANGULAMENTOS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	14
6.1 – POTENCIALIDADES	14
6.2 – ESTRANGULAMENTOS	15
6.3 – OPORTUNIDADES	16
6.4 – AMEAÇAS	19
7 – EIXOS ESTRATÉGICOS E LINHAS PROGRAMÁTICAS	21
7.1 – EIXO ESTRATÉGICO 1: Modernização da Prestação de Serviços Públicos	22
7.1.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.1: Desburocratização na prestação de serviços públicos	22
7.1.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.2: Gestão ambiental inteligente	23
7.1.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.3: Regularização fundiária das propriedades rurais	24
7.1.4 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.4: Criação da Câmara Setorial de Agronegócios de Baixas Emissões de Carbono	25
7.1.5 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.5: Transparência e articulação com a sociedade	26
7.1.6 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.6: Atualização dos mecanismos tributários	27
7.2 – EIXO ESTRATÉGICO 2: Competitividade e performance econômica	28
7.2.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 2.1: Melhoria no acesso às linhas de crédito oficiais	28
7.2.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 2.2: Ampliar as atividades agroexportadoras	29
7.2.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 2.3: Fortalecimento dos arranjos produtivos locais	30
7.2.4 – LINHA PROGRAMÁTICA 2.4: Criar um sistema de certificação técnica e sanitária	31
7.3 – EIXO ESTRATÉGICO 3: Preservação ambiental e proteção da biodiversidade	32
7.3.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.2: Melhoria na gestão do conhecimento	32
7.3.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.2: Acelerar o CAR, PRA e o CRA	33
7.3.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.3: Desmatamento ilegal zero	34
7.3.4 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.4: Comunicação e educação ambiental	35
7.3.5 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.5: Desenvolvimento de um modelo de manejo múltiplo de florestas	36
7.4 – EIXO ESTRATÉGICO 4: Infraestrutura e logística rural	37
7.4.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 4.1: Garantia da trafegabilidade permanente	37
7.4.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 4.2: Aumento no acesso à energia elétrica	38
7.4.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 4.3: Modelagem multimodal para o Estado	39

7.5 – EIXO ESTRATÉGICO 5: Finanças verdes	40
7.5.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 5.1: Desenvolvimento de produtos clima neutro	40
7.5.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 5.2: Desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores	41
7.5.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 5.3: Elaboração de uma política de ordenamento territorial	42
7.6 – EIXO ESTRATÉGICO 6: Produção agropecuária de baixas emissões	43
7.6.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.1: Estímulo ao setor de florestas plantadas	43
7.6.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.2: Recuperação de pastagens degradadas	44
7.6.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.3: Adaptação às mudanças climáticas	46
7.6.4 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.4: adoção dos sistemas de produção integrados (ILP, ILPF, SAF)	47
7.6.5 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.5: Implementação de um Entrepasto de calcário	48
7.6.6 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.6: Técnicas de agricultura sustentável	49
7.6.7 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.7: Desenvolvimento da piscicultura	50
8 – FONTES E FORMAS DE FINANCIAMENTO	51
8.1 – Programa ABC (Governo Federal)	51
8.2 – Plano Plurianual 2020-2023 (PPA)	51
8.2.1 – Eixo gestão institucional	51
8.2.2 – Eixo economia e agronegócio	52
8.2.3 – Eixo Infraestrutura para o Desenvolvimento	54
8.2.4 – Eixo Meio Ambiente	55
9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
10 – REFERÊNCIAS	59

1 – INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

AGÊNCIA DE NEGÓCIOS DO ESTADO DO ACRE – ANAC

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS – CDSA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ACRE - DERACRE

EARTH INNOVATION INSTITUTE – EII

EMPRESA DE ASSISTENCIA TÉCNICA EXTRATIVISTA RURAL DO ACRE - EMATER

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - ACREDATA

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE - FUNTAC

INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA E FLORESTAL DO ESTADO DO ACRE - IDAF

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E ANÁLISES CLIMÁTICAS DO ACRE – IMAC

INSTITUTO DE TERRAS DO ACRE - ITERACRE

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL – SECC

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA, CIENCIA E TECNOLOGIA – SEICT

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA

SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO E AGRONEGOCIO – SEPA

2 – LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABC	Agricultura de Baixo Carbono
Al+++	Cátions de Alumínio
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
CNT	Confederação Nacional de Transportes
CO ² eq	Dióxido de Carbono Equivalente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRA	Cota de Reserva Ambiental
CT&I	Ciência Tecnologia e Inovação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEAC	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre
FIEAC	Federação das Indústrias do Estado do Acre
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GEE	Gases do Efeito Estufa
GTPS	Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFAC	Instituto Federal do Acre
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
ILF	Integração Lavoura Floresta
ILP	Integração Lavoura Pecuária
ILPF	Integração Lavoura Pecuária Floresta
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPF	Integração Pecuária Floresta
ITR	Imposto Territorial Rural
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio

MMA	Ministério do Meio Ambiente
NO3	Nitrato
OMC	Organização Mundial do Comercio
OTL	Ordenamento Territorial Local
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PDC	Plano de Desenvolvimento Comunitário
PD&I	Pesquisa Desenvolvimento e Inovação
pH	Potencial Hidrogeniônico
PIB	Produto Interno Bruto
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PMFSC	Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRA	Programa de Regularização Ambiental
REDD+	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
SAF	Sistema Agro Florestal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UC	Unidade de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
VAB	Valor Adicionado Bruto
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZPE	Zona de Processamento de Exportações

3 – INTRODUÇÃO

O Brasil é hoje um dos líderes globais na produção de alimentos, fibras, óleos vegetais e biocombustíveis. Ao mesmo tempo o país também é o líder global na mitigação das mudanças climáticas.

Essa dupla performance é de vital importância para o futuro da humanidade, considerando-se que em 2050 a população mundial deve atingir 9 bilhões de pessoas, com uma classe média em expansão contínua demandando uma dieta rica em proteínas; esta combinação de fatores deverá demandar um aumento na produção agrícola da ordem de 70 a 100% comparada aos volumes produzidos nos dias de hoje.

A minimização dos impactos das mudanças climáticas por sua vez continua sendo crucial face aos efeitos drásticos no meio ambiente, tais como: aumento da intensidade dos eventos extremos, alteração do regime das chuvas, gerando impactos na produção agrícola e no crescimento econômico do país, dos estados e municípios.

Essa dupla liderança brasileira pode ser majoritariamente atribuída à Amazônia Legal, por conta da redução das taxas de desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado, e simultaneamente ao formidável aumento da produção de soja e do rebanho bovino nesta região.

Com um desmatamento evitado de 113.153 km² no bioma Amazônia (Fig. 1), perfazendo um total de 6,5 bilhões de toneladas de CO²eq de emissões evitadas, o Brasil fez uma gigantesca contribuição na mitigação das mudanças climáticas trazendo enormes benefícios para a população humana numa escala global, entretanto o reconhecimento e a recompensa por estes resultados têm sido muito pequenos até o momento.

Considerando ainda o gigantesco estoque de carbono acumulado em forma de florestas preservadas, bem como a rica biodiversidade que a compõe, existem aqueles que almejam transformar a Amazônia num colossal santuário ecológico, porém é preciso levar em consideração que não se trata de uma região erma e desabitada, ali vivem 24 milhões de habitantes que sonham com desenvolvimento econômico, oportunidades e uma melhor qualidade de vida.

Em contrapartida as condições edafoclimáticas da Amazônia, favoráveis à agropecuária, nos remetem ao potencial de a região converter-se no celeiro do mundo, uma oportunidade ímpar de alcançar o sonhado crescimento econômico, essa expectativa contribui adicionalmente para aumentar o custo de oportunidade para se manter a cobertura florestal preservada.

Veja que a equação para se solucionar é multifatorial, incluindo principalmente aspectos sociais, econômicos e ambientais.

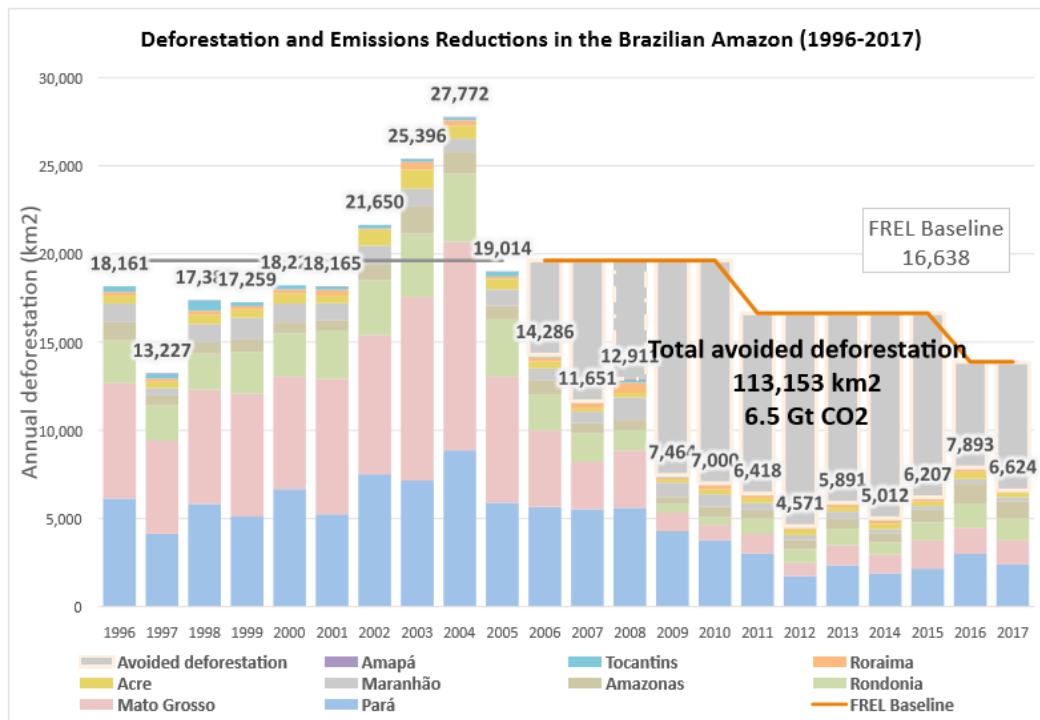


Figura 1 Desmatamento no Bioma Brasileiro

O Estado do Acre é um retrato em menor dimensão, mas com maior intensidade deste dilema, ostenta os melhores indicadores quando se trata de preservação ambiental, mas simultaneamente ostenta os piores indicadores quando se trata de performance econômica, competitividade e eficiência do setor público.

Obviamente num cenário destes a frustração popular é um elemento natural e potencializador de tensões sociais e de polarização do debate entre preservar e produzir, ignorando o fato de que ambas são perfeitamente conciliáveis e de que em pleno século XXI temos conhecimento e tecnologia suficiente para fazê-lo.

A elaboração deste plano foi norteadada pela busca do equilíbrio entre uma economia fortalecida, diversificada, inovadora e capaz de promover o desenvolvimento econômico, bem-estar social e melhor qualidade de vida; mas também promover a preservação dos recursos naturais e a produção sustentável, valorizando os ativos ambientais e buscando o devido reconhecimento aos enormes esforços e sacrifícios feitos até hoje.

Ao principal ator nesta complicada equação: o agropecuarista, curiosamente lhe cabem os principais papéis de produzir e conservar ao mesmo tempo. Assim sendo o sucesso deste plano dependerá inexoravelmente da dupla performance do setor produtivo e de todo complexo que gravita ao redor do mesmo, comumente denominado de agronegócio.

4 – PREMISSAS BÁSICAS

Enquanto algumas regiões parecem estar permanentemente em crise, outras tem alcançado transformações efetivas que melhoraram o desempenho econômico, a resiliência e criaram oportunidades através de modelos de agronegócios bem estruturados e coerentes com a realidade local.

Independentemente de serem grandes ou pequenos, ricos ou pobres, áridos ou úmidos, as regiões que conseguiram o sucesso e tornaram-se mais resilientes, em geral seguiram quatro grandes pilares:

- Uma produção agropecuária eficiente, que utiliza de tecnologias e práticas inovadoras;
- Um ambiente de negócios e investimentos estruturados e com segurança jurídica;
- Um mercado local bem estruturado, funcional e competitivo;
- Um governo que ofereça serviços públicos desburocratizados e eficientes.

Toda região é capaz de montar um modelo de agronegócios bem-sucedido, se os setores público e privado trabalharem colaborativamente para planejar e investir a longo prazo juntos, com uma estratégia coesa e integrada que funcione de forma holística. Infelizmente não é uma tarefa simples, em geral os recursos (humanos e financeiros) costumam ser escassos, e certamente algumas das inovações e estratégias irão falhar.

As políticas para agronegócios mais efetivas são aquelas que buscam desenvolver a cadeia de valor de ponta-a-ponta, buscando aumentar o valor adicionado bruto (VAB) da agropecuária, promovendo e encorajando modelos de negócios criativos que permitam financiamento com taxas de juros menores e menor risco.

O ponto de partida para este plano foi uma avaliação ampla, qualitativa e quantitativa da posição do Estado, combinado com uma análise comparativa (benchmarking) com outros Estados brasileiros e em entrevistas com atores relevantes do setor produtivo local.

A definição dos macro-objetivos também segue esta mesma lógica, tentando traduzir os anseios da sociedade acreana de forma realista, mas ambiciosa, na tentativa de se posicionar como elemento norteador e motivador para o alcance do sucesso do plano.

A chave para o sucesso portanto requer uma abordagem ampla, com investimentos e ações assertivas, com ampla colaboração entre todos os setores governamentais, bem como com o setor privado e a sociedade civil. Isto não é uma tarefa nada simples, portanto, um fator recomendado para a condução do plano seria de se estabelecer uma “unidade de liderança” para coordenar todo o processo, e manter sua coesão e manter a visão holística e integrada das atividades.

É decisivo para o sucesso que essa “unidade de liderança” tenha um alto nível de autoridade, atribuída diretamente pelo Governador, e que lhe proporcione a musculatura política necessária para sugerir e adotar medidas difíceis, monitorar e cobrar empenho e resultados de todos os atores envolvidos.

5 – VISÃO GERAL E DE LONGO PRAZO

5.1 – MACRO-OBJETIVOS

Os macro-objetivos são a representação do modo como a sociedade acreana gostaria que fosse a realidade do Acre no futuro após a implementação do plano. Dessa forma, os macro-objetivos expressam o que deve ser feito para promover as mudanças que aproximem o Estado dos anseios da sociedade e procura representar, de forma sintética e geral, o melhor cenário mesmo considerando que parte dela não depende apenas da sociedade acreana e de suas instituições públicas.

A visão de futuro para o Acre é de um Estado com qualidade de vida, segurança, com uma população qualificada e que respeita e valoriza sua diversidade cultural; no meio rural haverá melhoria e ampliação dos serviços públicos, principalmente energia e logística. A economia acreana será mais diversificada e dinâmica, mais complexa, competitiva e integrada; crescerá e será fortalecida em uma relação inteligente e harmoniosa com o meio ambiente.

No médio e longo prazo, a estrutura industrial será ampliada e diversificada com a incorporação de novos e modernos segmentos como: serviços ambientais, bioindústria, informação genética, alimentos, comercialização de ativos ambientais; nesse ambiente de grandes transformações, o Estado experimentará um vigoroso processo de inovação tecnológica que permitirá o crescimento e a sofisticação da economia com base nos preceitos da sustentabilidade.

Essa visão de futuro manifesta-se em um conjunto de macro-objetivos, grandes resultados que a sociedade acreana pretende alcançar e que detalha mesmo ainda em um nível agregado a busca do desenvolvimento econômico sustentável.

4.1 – Macro-objetivo 1: **Melhorar a prestação de serviços públicos e reduzir a burocracia;**

4.2 – Macro-objetivo 2: **Aumentar a competitividade e a performance econômica;**

4.3 – Macro-objetivo 3: **Melhorar a proteção aos recursos naturais e a biodiversidade;**

4.4 – Macro-objetivo 4: **Melhorar a infraestrutura e a logística rural;**

4.5 – Macro-objetivo 5: **Estruturar um modelo de economia verde e baixas emissões;**

4.6 – Macro-objetivo 6: **Adotar tecnologias sustentáveis de produção agropecuária;**

5.2 – METAS GLOBAIS

Para a explicitação concreta do que se deseja alcançar no futuro e permitir um monitoramento do plano, os macro-objetivos foram subdivididos, quantificados e expressos em metas que explicitam os objetivos específicos traduzidos por indicadores que representam o desempenho futuro. Para a definição das metas foi realizado um contraponto da situação atual, dado representativo dos indicadores na data mais recente, com um valor de referência (benchmarking) que tenha por base um Estado brasileiro com melhor desempenho atualmente que o Acre.

As metas buscam ser viáveis, mas ao mesmo tempo buscam ser ousadas para se aproximar ao máximo da formulação qualitativa dos macro-objetivos e constituir, portanto, algo desafiante que estimule o Governo e a sociedade para se mobilizarem na construção do futuro.

As metas definidas para o Plano, vinculadas diretamente aos macro-objetivos e aos objetivos específicos estão apresentadas a seguir:

Macro-objetivo 1: Melhorar a prestação de serviços públicos e reduzir a burocracia							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	FONTE	UNIDADE	2019*	PROJEÇÕES		
					2022	2026	2030
					METAS GLOBAIS		
Melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado	PNUD-2017	IDH	0,719 21º	0,725 Rondonia 19º	0,743 Tocantins 13º	0,774 Mato Grosso 8º
Reduzir o tempo médio de emissão de licenciamento ambiental para atividades de baixo impacto	Tempo médio para emissão de licenciamento ambiental	Sema-AC	dias				
Registrar e validar as propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR)	CAR validados em relação ao total		%				
Promover a regularização fundiária das propriedades rurais	Titulos definitivos de posse emitidos		número				
Reduzir o tempo médio para análise de planos de manejo florestal sustentáveis	Tempo médio para análise dos planos		dias				

Macro-objetivo 2: Aumentar a competitividade e a performance econômica							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	FONTE	UNIDADE	2019*	PROJEÇÕES		
					2022	2026	2030
					METAS GLOBAIS		
Melhorar a posição do Estado no ranking de competitividade	Posição do Estado no ranking de competitividade da	CLP-2019	Posição	27º	18º Rondonia	13º Goias	9º Mato Grosso
Aumentar o PIB per capita do Estado	PIB per capita do Estado	IBGE-2016	Reais	16.837 21º	22.072 Rondonia 13º	30.411 Brasil	37.462 Mato Grosso 4º
Aumentar o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária	Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária	IBGE-2015	R\$ Milhões	1.345 24º	2.733 Piaui 20º	4.353 Rondonia 16º	5.786 Amazonas 12º
Aumentar o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria	Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria	IBGE-2015	R\$ Milhões	1.402 26º	3.819 Tocantins 24º	4.751 Piaui 23º	6.038 Rondonia 22º
Fortalecer a capacidade científica e a inovação tecnológica	Percentual da receita total gastos com CT&I	CNPq-2010					
Ampliar a área de florestas sob manejo florestal sustentável	Área de florestas sob plano de manejo florestal sustentável		mil ha		2.000	3000	4.000
Internalizar as compras de produtos	volume de compras						
Ampliar a área de florestas plantadas	Área de floresta plantada		mil ha				
Ampliar o volume de exportação do Estado	Volume de exportação	MDIC-2015	mil dolares	22.555	50.000	100.000	200.000

Macro-objetivo 3: Melhorar a Proteção aos Recursos Naturais e a Biodiversidade

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES		UNIDADE	2019*	PROJEÇÕES		
					2022	2026	2030
					METAS GLOBAIS		
Combater o desmatamento ilegal no Estado	Desmatamento ilegal em relação ao total	Sema-AC	%		0%	0%	0%
Reduzir progressivamente a ocorrência de queimadas							

Macro-objetivo 4: Melhorar a Infraestrutura e Logística Rural

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES		UNIDADE	2019*	PROJEÇÕES		
					2022	2026	2030
					METAS GLOBAIS		
Ampliar a rede rodoviária pavimentada	Rodovias pavimentadas	CNT-2019	km	1.341	1.897 Rondonia		
Ampliar a rede rodoviária e de ramais	Rede rodoviária total		km	9.208			
Garantir a trafegabilidade integral em todas as rodovias e ramais	Rodovias ou ramais intrafegáveis em algum período do ano		km				
Ampliar numero de propriedades rurais com acesso a energia elétrica	Propriedades rurais com acesso a energia elétrica	IBGE-2017	numero % do total	26.023 69,6%	27.643 74% Bahia	31.005 83% Brasil	32.126 90% Mato Grosso
Elevar a capacidade estática de armazenamento	Capacidade estática de armazenamento	CONAB-2014	mil toneladas	29,3	60	150	300

Macro-objetivo 5: Estruturar um Modelo de Economia Verde e Baixas Emissões

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	FONTE	UNIDADE	2019*	PROJEÇÕES		
					2022	2026	2030
					METAS GLOBAIS		
Reduzir a emissão dos gases de efeito estufa decorrentes de desmatamentos e queimadas	Emissões de gases do efeito estufa decorrentes de desmatamentos e queimadas	IMC-AC	mil ton Coeq				
Reduzir a emissão dos gases de efeito estufa decorrentes da atividade agropecuária	Emissões de gases do efeito estufa decorrentes da atividade agropecuária	IMC-AC	mil ton Coeq				
Estruturar e comercializar produtos com a marca "Amazonia"	volume de vendas de produtos com a marca "Amazonia"		mil dolares		20.000	50.000	100.000
Estruturar e comercializar produtos com a pegada de carbono neutralizada	volume de vendas de produtos carbono neutro		mil dolares		20.000	50.000	100.000

Macro-objetivo 6: Adotar de tecnologias sustentáveis de produção agropecuária							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	INDICADORES	FONTE	UNIDADE	2019*	PROJEÇÕES		
					2022	2026	2030
					METAS GLOBAIS		
Ampliar o número de agricultores familiares atendidos por assistência técnica e/ou extensão rural	Agricultores familiares atendidos em relação ao total		%				
Recuperar e incorporar ao sistema produtivo as áreas de capoeira	Áreas de capoeira recuperadas e incorporadas	Sepa-AC	ha	0	500.000	500.000	500.000
Aumentar a taxa de lotação da pecuária de corte	taxa de lotação pecuária de corte		cabeças/ha	1,8			2,26
Ampliar a área de Integração Lavoura-Pecuária (ILPF) e de sistemas Agroflorestais (SAF)	área de Integração Lavoura-Pecuária (ILPF) e de sistemas Agroflorestais (SAF)		ha				

6 – POTENCIALIDADES, ESTRANGULAMENTOS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Com base no estudo retrospectivo e apoiado na pesquisa qualitativa, foram identificados as potencialidades e estrangulamentos internos do Acre, e a partir dos cenários internacionais e nacionais foi definido um conjunto de oportunidades e ameaças externas ao Estado.

6.1 – POTENCIALIDADES

Potencialidades são características ou condições internas do Estado do Acre que favorecem o desenvolvimento, desde que aproveitadas e utilizadas adequadamente. São componentes da realidade do Estado que oferecem uma vantagem diferenciada para atrair investimentos e impulsionar o dinamismo socioeconômico.

Entre as potencialidades do Estado podem ser destacadas as seguintes:

- a) **Disponibilidade de recursos naturais:** o Acre possui uma enorme disponibilidade de recursos naturais renováveis, ainda não conhecidos e estudados na sua totalidade, com elevada biodiversidade e riqueza da flora medicinal e terapêutica. Atividades que podem constituir-se em novas bases econômicas vinculadas ao conhecimento genético (incluindo o conhecimento dos povos da floresta), também como serviços ambientais e negociação de créditos de carbono.
- b) **Existência de terras para agropecuária:** o Acre ainda conta com terras aptas para a produção agropecuária, áreas que foram convertidas e encontram-se subutilizadas e com baixa produtividade.
- c) **Capacidade de adensamento das cadeias produtivas:** com uma economia ainda concentrada em atividades primárias: pecuária, extrativismo, agricultura; o Acre tem um grande potencial para adensamento e beneficiamento dos produtos primários agregando valor às cadeias produtivas.

- d) **Existência de centros de pesquisa e unidades de ensino superior:** o Acre possui uma boa rede de instituições de ensino superior e de pesquisa: públicas e privadas, com capacidade de atuação no processo de inovação e difusão de conhecimento e de tecnologias.
- e) **Capacidade empreendedora da população:** a formação sociocultural do Acre, como a diversidade e a interação de diferentes culturas, cria uma capacidade empreendedora e uma postura aberta a inovações que é fundamental para ampliar investimentos e adensar as cadeias produtivas, com agregação de valor aos produtos primários.
- f) **Disponibilidade de créditos de redução de emissões:** O Acre possui 125,9 milhões de toneladas de reduções de emissões de CO²eq aptos para serem utilizados na captação de recursos e compor mecanismos de comercialização e/ou financeiros para alavancar as atividades propostas neste plano.
- g) **Arcabouço legal e institucional para Economia Verde:** O Estado já possui um conjunto regulatório e estrutura institucional em operação para implementar e gerenciar mecanismos de financiamento e pagamento por serviços ambientais; bem como quadros capacitados com expertise internacional para economia verde.

6.2 – ESTRANGULAMENTOS

Estrangulamentos são condições internas do Acre que emperram ou dificultam o seu desenvolvimento, são componentes indesejáveis ou negativos da realidade e podem neutralizar não só as potencialidades como também a atração de investimentos e diminuir o impulso do dinamismo econômico e social.

Dentre os estrangulamentos destacamos os seguintes:

- a) **Deficiência do sistema de transporte e logística:** o Acre possui uma limitada e precária estrutura rodoviária e hidroviária, carência de uma estrutura logística multimodal combinada com sistema de armazenamento e distribuição. Tais fatores elevam os custos de transportes e comprometem a competitividade sistematicamente.
- b) **Estrutura produtiva fortemente concentrada na pecuária:** a pecuária é a principal atividade econômica do Acre, responsável por 60% do valor adicionado bruto da agropecuária. A predominância da pecuária evidencia um elevado grau de especialização e liderança produtiva, mas pode também constituir uma fragilidade por depender, excessivamente, de um setor e de um único produto.
- c) **Elevada dependência externa da economia:** as contas públicas do Acre são altamente dependentes de transferências constitucionais pelo Tesouro da União que respondem por cerca de 2/3 das receitas tributárias.
- d) **Reduzido nível de agregação de valor dos principais produtos:** a agropecuária e o extrativismo, principais atividades econômicas do Acre, tem baixo nível de agregação de valor

e limitado encadeamento das cadeias produtivas, isso reduz o efeito de transbordamento dessas cadeias no emprego e na renda da população.

e) **Fragilidade do Zoneamento Econômico Ecológico:** é o principal instrumento de gestão do território pois define as diretrizes do processo de uso e ocupação sustentável dos recursos naturais, e como tal deveria orientar os investimentos públicos e privados. Entretanto apesar de sua qualidade técnica e de seus mecanismos de gestão o ZEE tem enfrentado restrições e deficiências gerenciais e organizacionais para assegurar o respeito às suas diretrizes.

f) **Níveis moderados de escolaridade e qualidade no ensino:** os índices de escolaridade e de qualidade do ensino no Acre situam-se a níveis moderados e, de alguma forma, reduzem as oportunidades sociais da população jovem quanto à qualificação profissional e à preparação para o mercado de trabalho, podendo comprometer a competitividade da economia.

g) **Deficiências nos níveis de qualificação da mão de obra:** a economia dinâmica e moderna que se busca requer mão de obra qualificada e novas tecnologias nos diversos segmentos e cadeias produtivas em expansão. A carência desta mão de obra qualificada pode comprometer a competitividade da economia e, ao mesmo tempo, inibir os investimentos produtivos no Estado

h) **Insuficiência do sistema de ciência e tecnologia:** o sistema de inovação e desenvolvimento tecnológico ainda é insuficiente para enfrentar os desafios que decorrem da disputa competitiva em torno da inovação e das possibilidades de aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Essa carência é mais grave quando se trata da pequena produção e da agricultura familiar que operam com baixa capacidade produtiva e tecnológica e, conseqüentemente, são mais dependentes do apoio público;

i) **Persistência de pobreza e desigualdades sociais:** a pobreza e as desigualdades sociais no Acre são inaceitáveis, assim como o desemprego, o trabalho informal, as deficiências nos sistemas de saúde e de segurança pública;

j) **Elevado índice de criminalidade:** a criminalidade prejudica a imagem do Estado e pode dificultar a atração de investimentos que promovem o desenvolvimento econômico no Acre;

k) **Deficiência de gestão do Governo do Estado:** problemas gerenciais persistem no Estado e em várias áreas do Governo com a desarticulação de políticas e projetos que moderam o impacto e a efetividade da ação governamental.

l) **Desigualdades intrarregionais e rede desconexa de cidades:** o território acreano apresenta desequilíbrio na distribuição da população e das riquezas. Possui, ainda, uma frágil rede de cidades, cuja estrutura de articulação apresenta sérias deficiências, particularmente na malha rodoviária, com poucas e precárias vias que interligam os núcleos urbanos;

m) **Cultura política de não cumprimento de acordos:** existe uma tendência, nos meios políticos e nas instituições públicas do Estado, de limitado comprometimento no cumprimento de acordos e compromissos com decisões e normas gerais.

n) **Modelo tributário em cascata:** muito embora não seja um problema exclusivo do Estado do Acre, o modelo tributário atual incidente em todas as etapas da cadeia de valor e gera um efeito cascata que agrega elevado custo ao produto. Quanto mais longas forem as cadeias e maior o valor adicionado tão maiores serão os custos, reduzindo significativamente a competitividade do Estado e atratividade para investimentos produtivos.

6.3 – OPORTUNIDADES

Oportunidades são situações ou eventos externos ao Estado (internacionais ou nacionais), em andamento ou potenciais que podem contribuir de modo significativo e por longo tempo para o desenvolvimento do Estado, desde que identificadas e aproveitadas por meio da mobilização de uma potencialidade ou vantagem competitiva.

Foram identificadas as seguintes oportunidades:

- a) **Aumento dos fluxos de capital internacional:** ao longo dos próximos anos, por conta da forma de tratamento e dos desequilíbrios da economia internacional como excesso de liquidez e a insegurança financeira, o fluxo de capitais pode ampliar-se e deslocar-se para países com maior estabilidade e potencial de crescimento como o Brasil;
- b) **Fortalecimento das instituições multilaterais:** à medida que vão se formando lideranças regionais com atuação ativa na cena política internacional, principalmente dos países emergentes, a estrutura de poder se desconcentra, com tendência ao fortalecimento de instituições multilaterais em diferentes áreas econômicas, sociais e ambientais;
- c) **Ampliação do conhecimento científico e tecnológico:** a amplitude das instituições de pesquisa no mundo, o volume de recursos alocados para pesquisas, inclusive em grandes corporações empresariais que estão concentradas em países desenvolvidos, vão promover ampliação significativa nos conhecimentos científico e tecnológico nas próximas décadas. Pode-se destacar a biotecnologia, a tecnologia de informação e a comunicação, a nanotecnologia, os novos materiais, inteligência artificial, nutraceuticos e as novas fontes de energia. Mesmo que o domínio desses conhecimentos tenda a concentrar-se nos países desenvolvidos, há uma tendência de desconcentração de pesquisas para países emergentes;
- d) **Crescente demanda mundial de créditos de carbono, de serviços ambientais e produtos ecologicamente corretos:** a consciência mundial em relação aos problemas decorrentes da degradação ambiental vem gerando novos segmentos econômicos (a chamada economia verde). Surgem produtos ecologicamente corretos e mercados, em parte pressionados por medidas de controle ambiental no comércio internacional. Por outro lado, as medidas de redução das emissões de gases de efeito estufa podem criar um mercado de crédito de carbono, assim como de pagamento por serviços ambientais dos países com grandes reservas protegidas de recursos naturais e florestais;
- e) **Ampliação do comércio mundial:** com a redução das barreiras alfandegárias, especialmente para os produtos agropecuários, que ocorreria em cenário mundial mais favorável, existe a tendência de ampliar bastante o comércio internacional. No entanto,

como estas foram acompanhadas do aumento de barreiras não tarifárias, a ampliação do comércio mundial estabeleceu novas exigências de certificação de produtos para atestar a qualidade ambiental e social dos mesmos e dos processos produtivos utilizados;

f) **Surgimento de novos mercados e diversificação do mercado mundial:** a desconcentração da economia com o crescimento diferenciado dos países emergentes alterou a geografia econômica mundial, tanto com relação à redistribuição da produção e das atividades produtivas quanto aos mercados e suas demandas. Nas próximas décadas deve ocorrer a ampliação de mercado dos países asiáticos emergentes, China e Índia, principalmente. Os novos avanços tecnológicos, ao mesmo tempo, proporcionarão uma diversificação do comércio mundial com o crescimento dos serviços e da nova indústria de alta tecnologia;

g) **Aumento da demanda mundial por alimentos:** nas próximas décadas deve haver uma expansão continuada da demanda por alimentos, resultante da elevação de renda nos países emergentes e do aumento do consumo per capita de alimentos nos países pobres

h) **Aumento da demanda mundial por energia limpa e renovável:** a conscientização em relação aos efeitos das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do uso de energias fósseis, assim como a tendência de esgotamento das reservas e a geopolítica em torno do mercado global de energia estão estimulando a busca de alternativas energéticas mais limpas e menos dependentes de grandes concentrações regionais da oferta. Nesse sentido, existe em todo o mundo uma demanda crescente por fontes limpas e renováveis de energia;

i) **Amplo movimento mundial de turismo ecológico, étnico e/ou cultural:** o turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo. Acompanha a dinâmica da economia, as condições de velocidade, a facilidade e o preço dos transportes internacionais, assim como a disponibilidade de tempo livre de parcela importante da população, inclusive os idosos (aposentados) em número crescente e com alto poder de compra. O envelhecimento da população contribui, significativamente, para a expansão da atividade turística no mundo e define um determinado perfil de turista. Ao mesmo tempo, tende a crescer o interesse dos cidadãos pela diversidade cultural e ecológica, buscando alternativas do turismo ambiental e antropológico, além do turismo de lazer de entretenimento e de negócios;

j) **Melhoria do ambiente de negócios e investimento no Brasil:** à medida que forem implementadas reformas macroeconômicas no Brasil (tributária, trabalhista e regulatória), segundo o cenário mais favorável, deve ser criado um ambiente de negócios no país e propiciar investimentos privados, inclusive em infraestrutura econômica e social;

k) **Melhoria da renda da população brasileira:** o movimento recente de formação de uma nova classe média no Brasil expandiu muito a procura por bens e serviços e ampliou o mercado interno. Nas próximas décadas a renda deve aumentar no cenário nacional e promover uma grande expansão do mercado doméstico

l) **Distribuição regional dos investimentos públicos e dos recursos federais:** a alocação dos recursos federais no território brasileiro reflete a orientação de política regional, explícita ou implícita, e ajuda a desconcentrar ou a manter a concentração econômica e industrial do

Brasil. Se, nas próximas décadas, prevalecer a distribuição regional dos investimentos e houver um cenário nacional favorável, os investimentos serão redistribuídos no território de forma desconcentrada e, desse modo, beneficiarão as regiões de menor desenvolvimento;

m) **Aumento da capacidade de investimento do Governo Federal:** se o cenário interno for favorável, haverá equilíbrio nas finanças públicas e desse modo vai ocorrer uma ampliação da capacidade de investimento do Governo Federal, mesmo com reforma tributária, o que será facilitado pela redução dos custos da dívida pública e pelo crescimento da economia nacional;

n) **Aumento do nível de escolaridade, de qualificação e dos avanços tecnológicos no Brasil:** a alocação de recursos públicos concentrados na educação, na qualificação profissional e na pesquisa científico-tecnológica, que são características do cenário brasileiro favorável, promoverá, nas próximas décadas, um aumento continuado da escolaridade e da qualificação, assim como a ampliação da base de pesquisas e de desenvolvimento tecnológico do Brasil;

o) **Melhoria da competitividade da economia brasileira:** a combinação da ampliação da infraestrutura e da logística, o aumento da escolaridade, a qualificação profissional da população brasileira em conjunto com a ampliação da base de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (oportunidades formuladas acima) melhorarão, nas próximas décadas, os níveis de competitividade da economia brasileira;

p) **Integração territorial da América Latina:** o aumento da capacidade de investimento público brasileiro e a redistribuição dos investimentos tendem a se articular com iniciativas mais gerais de integração territorial do Brasil com os países vizinhos da América Latina, particularmente os projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Essa integração, entre outros fatores, deve permitir uma saída do Brasil para o Pacífico

q) **Crescimento do PIB per capita dos países vizinhos:** Peru e Colômbia experimentaram na última década um acentuado crescimento do seu PIB, e como consequência o PIB per capita destes dois países hoje está muito próximo ao do Brasil e com uma tendência de nas próximas décadas evoluir em ritmo muito superior ao do Brasil, mercado consumidor deve experimentar uma significativa evolução quantitativa e qualitativa.

6.4 – AMEAÇAS

Ameaças são situações ou eventos externos, existentes ou potenciais, que podem prejudicar, substancialmente e por longo tempo, o desenvolvimento do Estado, a não ser que sejam identificadas para que seja possível defender-se de eventuais impactos nas condições internas do Estado. Entre as ameaças ao futuro desenvolvimento do Acre, foram destacadas as seguintes:

a) **Acirramento da concorrência mundial:** em um ambiente de desequilíbrio econômico mundial, com eventual predominância do pior cenário, é possível que ocorra um forte acirramento da concorrência, com processos desleais por disputa de mercados que tendem a se retrair e acentuem uma verdadeira guerra comercial e cambial;

- b) **Aumento da competitividade dos concorrentes:** os eventuais avanços tecnológicos de outros países e mesmo de regiões do Brasil, assim como melhorias na infraestrutura e na qualificação profissional, podem criar vantagens diferenciadas aos mesmos frente à capacidade competitiva do Acre, caso o Estado também não intensifique investimentos nestas áreas para assegurar sua competitividade
- c) **Mudanças climáticas:** nas próximas duas décadas, a inércia do passado deve promover moderadas alterações no clima, com impacto na temperatura e no ciclo de chuvas. Esses fatores modificarão as vantagens competitivas da agropecuária nos países tropicais, independente das decisões políticas e da postura da sociedade em relação à emissão dos gases de efeito estufa;
- d) **Redefinição das vantagens competitivas na agropecuária de nações e regiões:** em nível internacional, dois fatores devem promover alterações nas vantagens competitivas da agropecuária: as mudanças climáticas, mais danosas nos países tropicais, e os avanços tecnológicos. Qualquer Estado que queira manter ou ampliar suas vantagens competitivas tem que atuar fortemente e com tecnologias, para manter um acompanhamento geral da produtividade global e readaptações à nova realidade provocada pelas mudanças climáticas e os avanços tecnológicos;
- e) **Instabilidade da demanda e volatilidade dos preços das commodities:** a demanda mundial por produtos primários, matérias-primas, costuma conviver com instabilidades e com flutuações de preços porque depende de fatores flexíveis e imponderáveis que incluem variações nos estoques, na produção e nas taxas de câmbio de países compradores e dos concorrentes. Esta instabilidade deve persistir no futuro, embora o grau e a intensidade sejam maiores, caso prevaleça um cenário mundial menos favorável;
- f) **Restrição das importações de grandes países compradores de commodities:** no caso de um cenário com manutenção de barreiras alfandegárias, decorrente de insucessos nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), poderá haver imposição de restrições alfandegárias por grandes compradores, como a China;
- g) **Limitação dos recursos da União para regiões fora das áreas industrializadas:** na ausência de uma visão regional, no que se refere à distribuição dos recursos públicos da União, mesmo que apenas implícita, a tendência seria de persistente concentração deles nas regiões industrializadas;
- h) **Moderação dos investimentos privados:** caso as reformas macroeconômicas não sejam implementadas, os investimentos privados no Brasil tenderão a ser moderados pelos elementos decorrentes do “custo Brasil” e, desse modo, os investimentos privados na infraestrutura econômica serão reduzidos
- i) **Insuficiência de recursos federais para educação, qualificação profissional e ciência e tecnologia:** se houver limites na liberação de recursos federais para educação, capacitação e inovação, devido a um cenário de dificuldades na economia brasileira, do ponto de vista da competitividade, ocorrerá inibição ao desenvolvimento do Estado;

- j) **Deficiência da gestão ambiental da União:** apesar de contar com uma legislação ambiental avançada, a capacidade de gestão governamental pode não demonstrar eficiência e efetividade na implementação da política ambiental e desempenhar reduzida efetividade no controle das atividades econômicas e das pressões antrópicas sobre os recursos naturais;
- k) **Limitada integração com a América Latina:** caso os investimentos em infraestrutura se mantenham em patamares reduzidos, principalmente nas áreas de fronteira com os países vizinhos, a integração do Brasil com a América Latina será limitada, mesmo que o país tenha uma participação importante nos projetos do IIRSA;
- l) **Moderada demanda mundial por alimentos:** embora exista uma tendência geral de elevação na demanda por alimentos, esta pode ser moderada caso ocorra uma retração no ritmo de expansão da economia e da renda mundial, principalmente nos países emergentes que são, no geral, grandes consumidores

7 – EIXOS ESTRATÉGICOS E LINHAS PROGRAMÁTICAS

Eixos estratégicos são os grandes blocos de ações prioritárias que orientarão as iniciativas e os projetos do Governo e da sociedade ao longo do plano para viabilizar os macro-objetivos e, desse modo, alcançar as metas globais definidas anteriormente.

Os eixos estratégicos estruturam e organizam as ações públicas e privadas, dão consistência às mesmas ao gerar sinergia nas medidas e intervenções específicas que se traduzem em programas e projetos. Estão agrupados, nos eixos estratégicos, conjuntos de ações a serem implementados por agentes e atores comprometidos com a construção do desenvolvimento sustentável do Acre.

Os eixos definem o Norte que guia os atores sociais e, principalmente, o Governo na organização e priorização das ações, programas e projetos, de modo a assegurar a convergência e a efetividade das iniciativas de desenvolvimento.

Este plano se estrutura em torno de seis eixos estratégicos complementares e articulados que se combinam para garantir a realização dos macro-objetivos, buscando um equilíbrio entre qualidade de vida, equidade social, conservação ambiental, eficiência econômica, desconcentração e integração territorial, efetividade e democratização da gestão pública.

O setor econômico denominado agronegócio é predominantemente de natureza privada, requerendo pouca ação governamental na execução de suas atividades cotidianas, os eixos estratégicos e as linhas estruturantes aqui propostas, entretanto priorizam as ações estruturantes necessárias para que o Governo possa exercer o papel de indutor e facilitador do desenvolvimento deste setor.

Este Plano alinha-se também com o Plano ABC (Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura), compromisso Brasileiro feito na COP-15 em Copenhague em 2009. Os sete programas propostos no Plano ABC estão contemplados como linhas programáticas deste Plano.

7.1 – EIXO ESTRATÉGICO 1: MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

7.1.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.1: Desburocratização modernização na prestação de serviços públicos (ambiental), através do uso intensivo de tecnologia e inteligência artificial promover uma reengenharia no modelo atual, visando a agilidade e a celeridade nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos com baixo impacto;

LINHA PROGRAMÁTICA 1.1: Desburocratização e modernização na prestação de serviços públicos (ambiental)					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Consulta às partes interessadas sobre a performance e o desempenho dos órgãos públicos na prestação de serviços na área ambiental	ESTADO	EII	SEMA FAEAC FIEAC SEBRAE ANAC CDSA	Relatorio de consulta	1 Relatorio
Estudo diagnóstico sobre a performance e o desempenho dos órgãos públicos na prestação de serviços na área ambiental	ESTADO	EII	SECC SEMA CDSA IMAC SEICT	Estudo diagnostico	1 Estudo
Avaliação de pertinência e viabilidade, definição de prioridades	ESTADO	EII	SECC SEMA CDSA IMAC SEICT	Lista de prioridades	1 Lista de prioridades
Plano Executivo de Melhorias e de aplicação de alta tecnologia.	ESTADO	SECC	SEMA CDSA IMAC SEICT	Plano executivo	1 Plano

7.1.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.2: Gestão ambiental inteligente, utilizar modelos de big-data para que o gestor ambiental (SEMA) possa efetivamente assumir um papel de gerenciamento e ordenamento da paisagem, dedicando-se cada vez menos à gestão de problemas pontuais e solução de conflitos;

LINHA PROGRAMÁTICA 1.2: Gestão ambiental inteligente					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Elaborar estudo diagnóstico do nível de gestão e integração das informações sobre a paisagem	ESTADO	EII	SEMA SEPA SEICT EMATER CDSA	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Avaliar utilização de ferramentas de alta tecnologia aplica à gestão ambiental	ESTADO	EII	SEMA SEPA SEICT EMATER CDSA ACREDATA	Relatório de avaliação	1 Relatório
Plano Executivo para implementação da Gestão Integrada de Informações	ESTADO	EII	SEMA SEPA SEICT ACREDATA	Plano executivo	1 Plano
Implementar painel de situação e monitoramento da paisagem.	ESTADO	EII	SEMA SEPA SEICT ACREDATA	Plataforma tipo dashboard	1 Plataforma

7.1.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.3: Regularização fundiária das propriedades rurais, em articulação com os órgãos do Governo Federal, iniciativa privada (cartórios de registro de imóveis), Poder Judiciário, Ministério Público e associações de produtores criar um mecanismo de resolução de demandas agrárias e regularização fundiária;

LINHA PROGRAMÁTICA 1.3: Regularização fundiária das propriedades rurais,					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Elaborar estudo diagnóstico da situação fundiária do Estado.	ESTADO	ITERACRE	SEPA EMATER IDAF	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Avaliação das ações necessárias, e critérios de priorização.	ESTADO	ITERACRE	SEPA EMATER IDAF	Relatório de avaliação	1 Relatório
Elaborar Plano de Regularização fundiária das propriedades rurais	ESTADO	ITERACRE	SEPA EMATER IDAF	Plano executivo	1 Plano

7.1.4 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.4: Criação da Câmara Setorial de Agronegócios de Baixas Emissões de Carbono, para funcionar como a forma institucionalizada de participação cidadã na definição das políticas públicas para o desenvolvimento rural com baixas emissões;

LINHA PROGRAMÁTICA 1.4: Criação da Câmara Setorial de Agronegócios de Baixas Emissões de Carbono					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Identificar as principais partes interessadas na execução do Plano ABEC	ESTADO	EII	SEPA SEICT SEMA FAEAC FIEAC SEBRAE	Lista de partes interessadas	1 Lista
Estabelecer uma camara multisetorial com a incumbencia de acompanhar, avaliar, aconselhar e apoiar a execução do Plano na sua integra	ESTADO	EII	SEPA SEICT SEMA FAEAC FIEAC SEBRAE	Camara multisetorial	1 Camara

7.1.5 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.5: Transparência e articulação com a sociedade, universalizar e integrar os sistemas de ouvidoria do Estado: como mecanismo para fortalecer e incentivar a participação social na prestação e avaliação dos serviços públicos;

LINHA PROGRAMÁTICA 1.5: Transparência e articulação com a sociedade,					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Definir os parâmetros a serem utilizados para a avaliação da performance dos serviços ambientais fornecidos pelo Governo	ESTADO	EII	SEMA SEPA SEICT SECOM CDSA	Protocolo de parâmetros	1 Protocolo
Universalizar e integrar os sistemas de ouvidoria do setor público	ESTADO	ACREDATA	SECC SEMA SEPA SEICT SECOM CDSA	Ouvidoria integrada	1 Ouvidoria integrada
Criar um mecanismo de transparência e divulgação da performance (esperada x atingida)	ESTADO	EII	SECC SEMA SEPA SEICT SECOM CDSA	Plataforma transparência	1 Plataforma

7.1.6 – LINHA PROGRAMÁTICA 1.6: Atualização dos mecanismos tributários: reavaliar o modelo de transferências constitucionais aos municípios baseado na sua performance, incluindo a atualização dos critérios de distribuição do ICMS Ecológico; aprimorar a metodologia de cálculo e integração das bases

do ITR, tornando-o um instrumento indutor de melhores práticas de gestão e produtividade, e por outro lado desestimulando a subutilização das áreas antropizadas e inibindo a especulação imobiliária;

LINHA PROGRAMÁTICA 1.6: Atualização dos mecanismos tributários, Atualizar o atual modelo de repasses aos municípios					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Estudo diagnóstico sobre o estado atual do ICMS Ecológico e potencial para ser indutor do desenvolvimento regional	ESTADO	SEFAZ	SEICT ANAC CDSA FIEAC	Estudo diagnostico	1 Estudo
Estudo diagnóstico sobre o estado atual do ITR e potencial para ser indutor do desenvolvimento regional	ESTADO	SEFAZ	SEPA ANAC CDSA FAEAC	Estudo diagnostico	1 Estudo
Estudo diagnóstico sobre o estado atual da política tributária estadual e potencial para ser indutor do desenvolvimento regional	ESTADO	SEFAZ	SEICT SEPA ANAC CDSA FAEAC FIEAC	Estudo diagnostico	1 Estudo

7.2 – EIXO ESTRATÉGICO 2: Competitividade e performance econômica

7.2.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 2.1: Melhoria no acesso às linhas de crédito oficiais, contribuir para aumentar o volume de crédito disponível e acessado através do Plano ABC, FNO, e outros para estimular a criação e ampliação de agonegócios de baixas emissões;

LINHA PROGRAMÁTICA 2.1: Melhoria no acesso às linhas de crédito oficiais					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Avaliar o índice de acesso às linhas de crédito do Plano ABC no Acre	ESTADO	SEPA	EMATER FAEAC	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Avaliar novos mecanismos de acesso ao crédito à luz d Lei 13986	ESTADO	SEPA	EMATER FAEAC	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Plano Executivo de adequação e melhoria nos índices de acesso ao crédito rural	ESTADO	SEPA	EMATER FAEAC	Plano executivo	1 Plano

7.2.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 2.2: Ampliar as atividades agroexportadoras, promover o adensamento das cadeias produtivas locais: estimular a criação de centros de distribuição, comercialização e exportação de bens agroindustrializados; estimular a industrialização de matérias-primas agropecuárias fazendo uso da ZPE e de incentivos fiscais para exportação, transformando o Estado em *hub* de processamento agroalimentar;

LINHA PROGRAMÁTICA 2.2: Ampliar as atividades agroexportadoras, Promover o adensamento das cadeias produtivas locais					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Estudo diagnóstico dos potenciais mercados internacionais aos produtos do agronegócio do Acre	ESTADO	EII	CDSA ANAC SEPA SEICT	Estudo diagnostico	1 Estudo
Estudo das ações para a promoção do adensamento e verticalização das cadeias de valor locais	ESTADO	EII	CDSA ANAC SEPA SEICT	Estudo diagnostico	1 Estudo
Organizar portfólio de projetos, produtos, empreendimentos no Acre para mercado e investidores	ESTADO	EII	CDSA ANAC SEPA SEICT SECOM	Portfolio do Acre	1 Portfolio
Promover a participação em eventos internacionais, promover intercambios comerciais e organizar roadshows.	ESTADO	EII	CDSA ANAC SEPA SEICT SECOM	Eventos e encontros	4 Eventos e/ou encontros internacionais

7.2.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 2.3: Fortalecimento dos arranjos produtivos locais, investir no *branding* de produtos locais, criando um sistema de avaliação da conformidade de processos e de produtos com padrão internacional; promover uma maior internalização das compras: criando incentivos sustentáveis às compras locais, incluindo as compras institucionais do Estado e dos Municípios, fortalecendo a produção local e a agricultura familiar;

LINHA PROGRAMÁTICA 2.3: Fortalecimento dos arranjos produtivos locais					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Investir na criação de um branding para os produtos locais	ESTADO	SECOM	EII CDSA SEICT SEPA	Projeto de marca	1 Projeto
Criar um sistema de garantia da qualidade socioambiental em conformidade com padrões internacionais	ESTADO	SEPA	EII CDSA SEICT SEPA IDAF	Selo garantia de qualidade	1 Selo de garantia
Fortalecer o sistema de compras institucionais de produtos oriundos da agricultura familiar	ESTADO	SEICT	EII CDSA SEPA IDAF	Plataforma de e-commerce	1 Plataforma

7.2.4 – LINHA PROGRAMÁTICA 2.4: Desenvolver um sistema de certificação técnica e sanitária: garantindo a qualidade dos alimentos industrializados, simplificando os registros sanitários, e credenciar uma ou mais instituição para certificação de produtos com padrão internacional;

LINHA PROGRAMÁTICA 2.4: Desenvolver um sistema de certificação técnica e sanitária					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Avaliar o portfólio de produtos do Acre e as legislações e inspeções sanitárias e técnicas aplicáveis	ESTADO	IDAF	SEICT SEPA EMATER	Estudo diagnostico	1 Estudo
Promover a redução nos níveis de informalidade do mercado local de produtos alimentícios	ESTADO	SEICT	SEPA SEFAZ EMATER IDAF	Programa de regularização	1 Programa
Avaliar a viabilidade de um sistema integrada de garantia da qualidade	ESTADO	SEICT	SEPA IDAF CDSA EMATER	Selo garantia de qualidade	1 Selo de garantia

7.3 – EIXO ESTRATÉGICO 3: Preservação ambiental e proteção da biodiversidade

7.3.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.1: Melhoria na gestão do conhecimento: sistematizar por meio de tecnologia *big data* todo conhecimento acumulado no âmbito dos processos de licenciamento, melhorando a gestão dos recursos naturais e da biodiversidade, reduzindo o risco ambiental intrínseco, e propiciando a simplificação dos processos no pré-licenciamento, bem como melhorando a atuação no pós-licenciamento;

LINHA PROGRAMÁTICA 3.1: Melhoria na gestão do conhecimento					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Criar um mecanismo de big data para a sistematização de todo conhecimento acumulado nos processos ambientais do Acre	ESTADO	EII	ACREDATA SEMA SEICT SEPA CDSA	Sistema de big data	1 Sistema
Utilizar as ferramentas de big data para suporte à tomada de decisão ao nível estratégico e da paisagem	ESTADO	EII	ACREDATA SEMA SEICT SEPA CDSA	Sistema de big data	1 Interface tipo VIP
Utilizar as ferramentas de big data para suporte à tomada de decisão ao nível operacional e processual	ESTADO	EII	ACREDATA SEMA SEICT SEPA CDSA	Sistema de big data	1 Interface tipo analista

7.3.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.2: Acelerar o CAR, PRA e o CRA: criar mecanismos que permitam um *fast track* na validação do CAR; na aprovação, implementação e monitoramento do PRA; e estruturar um mecanismo de CRA que gere um fluxo financeiro de serviços ambientais;

LINHA PROGRAMÁTICA 3.2: Acelerar o CAR, PRA e o CRA					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Estudo diagnóstico do processo de cadastramento e validação do CAR	ESTADO	SEMA	SEPA FAEAC	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Avaliar pontos de melhoria contínua e acelerador do CAR, PRA e CRA	ESTADO	SEMA	SEPA FAEAC	Programa acelerador de CAR	1 Programa

7.3.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.3: Desmatamento ilegal zero: implementar ações para melhorar a fiscalização e eliminar a ocorrência de desmatamento ilegal; modernizar os mecanismos de fiscalização: desenvolver e implementar tecnologia baseada em inteligência artificial e internet das coisas para melhor controlar as atividades de pesca predatória, biopirataria, caça e tráfico de animais silvestres;

LINHA PROGRAMÁTICA 3.3: Desmatamento ilegal zero					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Estudo diagnóstico qualitativo do desmatamento no Estado e das ações de combate executadas	ESTADO	SEMA	EII SEPA SEICT CDSA FAEAC	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Estabelecer nexos de causa e escopo geográfico (hot spots)	ESTADO	SEMA	EII SEPA SEICT CDSA FAEAC	Mapa de hot spots	1 Mapa
Elaborar estratégia de comando e controle do desmatamento ilegal	ESTADO	SEMA	SEJUSP FAEAC	Plano de combate ao desmatamento ilegal	1 Plano

7.3.4 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.4: Comunicação e educação ambiental: que valorizem a identidade e a territorialidade, bem como demonstrem os ganhos coletivos tangíveis que a preservação ambiental trouxe efetivamente;

LINHA PROGRAMÁTICA 3.4: Comunicação e educação ambiental					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Criar uma campanha de educação ambiental com vistas ao público interno para combate ao desmatamento ilegal	ESTADO	SEMA	SECOM CDSA SEICT EII	Campanha local	1 Campanha
Criar uma campanha de comunicação com vistas ao público externo sobre combate ao desmatamento ilegal	ESTADO	SEMA	SECOM CDSA SEICT EII	Campanha internacional	1 Campanha
Definir um mecanismo de transparência e divulgação das ações e estatísticas sobre o desmatamento no Estado	ESTADO	SEMA	SECOM CDSA SEICT EII	Plataforma transparência	1 Plataforma

7.3.5 – LINHA PROGRAMÁTICA 3.5: Desenvolvimento de um modelo de manejo múltiplo de florestas: permitindo maximizar o potencial de geração de valor da floresta com a produção madeireira, produtos não madeireiros, e pagamento por serviços ambientais;

LINHA PROGRAMÁTICA 3.5: Desenvolvimento de um modelo de manejo múltiplo de florestas:					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Estudo diagnóstico dos planos de manejo florestal, reservas extrativistas e outros sistemas florestais	ESTADO	SEMA	CDSA SEPA FAEAC SEICT	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Avaliar as técnicas para aumento da geração de valor nas florestas manejadas	ESTADO	SEMA	CDSA SEPA FAEAC SEICT	Estudo técnico	1 Estudo
Avaliar as potencialidades para PSA à luz do artigo 41 do CF	ESTADO	CDSA	SEMA SEPA FAEAC SEICT	Estudo técnico	1 Estudo

7.4 – EIXO ESTRATÉGICO 4: Infraestrutura e logística rural

7.4.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 4.1: Garantia da trafegabilidade permanente: garantir a trafegabilidade da rede de estradas e rodovias em período integral (incluindo época de chuvas);

LINHA PROGRAMÁTICA 4.1: Garantia da trafegabilidade permanente					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Elaborar um estudo da logística do estado, condições das estradas públicas, trafegabilidade e locais críticos	ESTADO	DERACRE	SEINFRA SEICT SEPA FAEAC FIEAC	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Elaborar um plano executivo para garantia da trafegabilidade permanente em todas as estradas públicas do Estado	ESTADO	DERACRE	SEINFRA SEICT SEPA FAEAC FIEAC	Estudo técnico	1 Estudo
Avaliar a possibilidade de Parcerias Público-Privadas na manutenção e/ou pavimentação de restradas	ESTADO	DERACRE	SEINFRA SEICT SEPA FAEAC FIEAC	Estudo técnico	1 Estudo

7.4.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 4.2: Aumento no acesso à energia elétrica: ampliar o número de propriedades rurais com acesso a rede de energia elétrica, e melhorar a qualidade do fornecimento, bem como reduzir a intermitência;

LINHA PROGRAMÁTICA 4.2: Aumento no acesso à energia elétrica					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Estudo diagnóstico da qualidade de fornecimento de energia elétrica na zona rural	ESTADO	SEINFRA	SEICT FAEAC EMATER	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Elaborar um plano de expansão da rede, incluindo a possibilidade de Parcerias Público-Privadas	ESTADO	SEINFRA	SEICT FAEAC EMATER	Plano de expansão da rede	1 Plano

7.4.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 4.3: Modelagem multimodal para o Estado: estudar os modelos multimodais potenciais para o Estado do Acre, incluindo em primeira instancia a integração ferrovia-rodovia bioceânicas; criar condições para o desenvolvimento e incremento da rota de exportação para o Pacífico, visando não somente os mercados dos países vizinhos como os mercados da costa Oeste da América do Norte e Ásia;

LINHA PROGRAMÁTICA 4.3: Modelagem multimodal para o Estado					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Avaliar os estudos de viabilidade, realizados ou em curso, para logística que afetam o Estado do Acre	ESTADO	SEINFRA	DERACRE SEICT SEPA SEFAZ	Estudo diagnostico	1 Estudo
Estudo do mercado do Pacto Andino, costa oeste da América do Norte e região do Pacífico	ESTADO	SEICT	SEPA CDSA ANAC FAEAC FIEAC	Estudo diagnostico	1 Estudo
Estudo para estruturar plataformas de exportação a partir do Acre, incluindo potencial agroindustrial.	ESTADO	AZPE/AC	SEPA CDSA ANAC FAEAC FIEAC	Estudo diagnostico	1 Estudo

7.5 – EIXO ESTRATÉGICO 5: Finanças verdes

7.5.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 5.1: Desenvolvimento de produtos clima neutro, ofertando aos mercados produtos com uma pegada socioambiental e agregando valor à produção local, tais como: carbono neutro, desmatamento líquido zero, clima neutro, e outros; adequar a estrutura atual do SISA para atender os vários mecanismos financeiros existentes, permitindo a comercialização e negociação dos ativos ambientais nos mais diversos modelos e finalidades;

LINHA PROGRAMÁTICA 5.1: Desenvolvimento de produtos clima neutro					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Definir um portfólio de produtos com potencialidades para mercado de clima neutro	ESTADO	EII	SEPA CDSA IMC SEMA SEICT	Portfólio de produtos clima neutro	1 Portfólio
Definir metodologias para cálculo da pegada de carbono para cada produto	ESTADO	EII	SEPA EMBRAPA EMATER CDSA	Protocolo de metodologia de calculo	1 Protocolo
Avaliar as melhorias possíveis nos processos visando redução das emissões e da pegada de carbono	ESTADO	EII	SEPA EMBRAPA EMATER CDSA	Estudo técnico	1 Estudo
Avaliar o marco regulatório para off set das emissões de carbono dos produtos	ESTADO	EII	SEMA IMC CDSA	Estudo diagnostico	1 Estudo
Promover do portfolio clima neutro nacional e internacionalmente	ESTADO	EII	SEICT SEPA CDSA	Eventos e encontros	4 Eventos e/ou encontros nacionais/internacionais

7.5.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 5.2: Desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores: que permitam a captação de recursos nas mais diversas modalidades para o fomento ao desenvolvimento de atividades com baixas emissões de carbono, especialmente a pecuária e a agricultura;

LINHA PROGRAMÁTICA 5.2: Desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Estudo diagnóstico dos mecanismos financeiros inovadores potenciais (merged finance, fintech, blockchain, green bonds, PSA, CRA, etc)	ESTADO	CDSA	EII SEICT IMC	Estudo diagnostico	1 Estudo
Elaborar Plano Executivo para implementação dos mecanismos.	ESTADO	CDSA	EII SEICT IMC	Plano executivo	1 Plano

7.5.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 5.3: Elaboração de uma política de ordenamento territorial: melhorar as condições técnico-científicas do Estado para que seja implementado os instrumentos de ordenamento territorial e definir critérios técnicos para o desenvolvimento de atividades públicas e privadas nas diferentes tipologias do território estadual

LINHA PROGRAMÁTICA 5.3: Elaboração de uma política de ordenamento territorial					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Avaliar o ZEE e outros mecanismos como promotores do desenvolvimento regional e redução das desigualdades regionais	ESTADO	SEICT	SEMA SEPA CDSA	Estudo diagnostico	1 Estudo
Propor medidas que visem o estímulo de atividades economicas para redução das desigualdades regionais	ESTADO	SEICT	SEMA SEPA CDSA	Plano executivo	1 Plano

7.6 – EIXO ESTRATÉGICO 6: Produção agropecuária de baixas emissões

7.6.1 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.1: Estímulo ao setor de florestas plantadas: estimular o reflorestamento para todos os fins (energético, madeireiro, SAF, ILPF);

LINHA PROGRAMÁTICA 6.1: Estímulo ao setor de florestas plantadas					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Estudo diagnóstico e de viabilidade para implantação de florestas plantadas no Acre	ESTADO	SEPA	EMBRAPA EMATER SEICT	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Avaliação do marco regulatório, viabilidade edafoclimática para espécies exóticas	ESTADO	SEPA	EMBRAPA EMATER SEICT	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Estudos do potencial das espécies nativas para plantios comerciais, incluindo técnicas de melhoramento genético	ESTADO	SEPA	EMBRAPA EMATER SEICT	Estudo diagnóstico	1 Estudo
Plano Executivo para Fomento ao setor de florestas plantadas no Estado do Acre	ESTADO	SEPA	EMBRAPA EMATER SEICT SEFAZ	Plano executivo	1 Plano

7.6.2 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.2: Recuperação de pastagens degradadas: tem como objetivo principal fazer retornar ao processo produtivo as áreas agricultáveis degradadas, especialmente as pastagens em diferentes níveis de degradação, as áreas abandonadas ou com índice de produtividade muito baixo (ex: capoeiras).

Frente à tendência de aumento da área cultivada com grãos no Estado do Acre, predominantemente ocupando as áreas de pastagens com melhor aptidão agrícola, topografia plana e logística favorável; esta linha programática assume papel de grande relevância no sentido de aliviar a pressão e demanda pela abertura de novas áreas; assim como acomodar um rebanho bovino em expansão.

Para a consolidação desta linha programática as ações de PD&I e ATER são fundamentais e devem ser fortalecidas e adaptadas às questões de mudanças climáticas, os esforços para o alcance das metas de recuperação de pastagens degradadas incluem não somente a recuperação das condições físicas e químicas do solo, mas também o incentivo à adoção de várias tecnologias de produção sustentável que possuem potencial de mitigação na emissão de GEE, tais como: restauro propriamente dito, sistemas integrados, uso de consorciação, manejo rotacionado, e até mesmo uma simples limpeza de pasto.

LINHA PROGRAMÁTICA 6.2: Recuperação de pastagens degradadas					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Divulgar políticas públicas para recuperação de pastagens degradadas.	AC	SEPA Emater	FAEAC Sindicatos Rurais Embrapa	Seminários Palestras	1.000 pecuaristas
Elaborar e estruturar programas de ATER em sistemas produtivos da pecuária (bovinocultura de corte, de leite, caprinocultura, ovinocultura)	AC	SEPA Emater	FAEAC	Programa de ATER para pecuária	300 pecuaristas cadastrados
Fomentar o uso de práticas de pecuária sustentável que contribuam para pecuária de baixa emissão de carbono	AC	SEPA Emater	FAEAC Sindicatos Rurais GTPS IFAC Embrapa	Treinamentos	200 pecuaristas e técnicos
Apoiar as ações de PD&I na temática de restauro de pastagens e baixa emissão de carbono	AC	SEPA Embrapa	FAEAC IFAC UFAC EII	Projetos de pesquisa	2 projetos
Estudar metodologias e desenvolver mecanismos para monitorar a adoção das tecnologias de baixa emissão de carbono	AC	SEPA	FAEAC Embrapa EII	Estudo técnico	1 Estudo
Fomentar o uso de práticas de pecuária sustentável que contribuam para pecuária de baixa emissão de carbono	AC	SEPA Emater	FAEAC Sindicatos Rurais GTPS IFAC Embrapa	Treinamentos	200 pecuaristas e técnicos
Apoiar as ações de PD&I na temática de restauro de pastagens e baixa emissão de carbono	AC	SEPA Embrapa	FAEAC IFAC UFAC EII	Projetos de pesquisa	2 projetos
Estudar metodologias e desenvolver mecanismos para monitorar a adoção das tecnologias de baixa emissão de carbono	AC	SEPA	FAEAC Embrapa EII	Estudo técnico	1 Estudo

7.6.3 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.3: Adaptação às mudanças climáticas, Aumento no investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I): incentivar intercâmbios científico-tecnológicos entre os integrantes do sistema de CT&I com entidades nacionais e internacionais, promover intercâmbios com as empresas do Acre, e criar uma política de investimento em CT&I que busque desenvolver as potencialidades e necessidades regionais;

LINHA PROGRAMÁTICA 6.3: Adaptação às mudanças climáticas, Aumento no investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I):					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Definir prioridades e linhas de pesquisa em adaptação às mudanças climáticas	ESTADO	SEPA	EMBRAPA EMATER CDSA IMC SEMA	Estudo diagnostico	1 Estudo
Identificar técnicas que criem resiliencia em sistemas agropecuários	ESTADO	SEPA	EMBRAPA EMATER CDSA IMC SEMA	Estudo diagnostico	1 Estudo
Identificar fontes de financiamento, incluindo os mecanismos financeiros inovadores, para pesquisa em resiliencia climática	ESTADO	CDSA	EMBRAPA EMATER SEPA IMC SEMA	Estudo diagnostico	1 Estudo
Identificar técnicas que maximizem o uso eficiente do solo e aumentem a produção/productividade	ESTADO	SEPA	EMBRAPA EMATER CDSA IMC SEMA	Estudo diagnostico	1 Estudo

7.6.4 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.4: adoção dos sistemas de produção ILPF e sistemas agroflorestais (SAF) são estratégias que visam a produção sustentável, através de diversas combinações das atividades agrícolas, pecuárias e florestais realizadas na mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotacionado e que permitam otimizar e maximizar o uso do solo com a obtenção de várias safras anuais.

As estratégias ILPF e SAF contemplam modalidades de sistemas, e que dependendo ao ano ou do estágio podem ser alternadas de uma para outra:

- a) Integração Lavoura-Pecuária (ILP);
- b) Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- c) Integração Pecuária-Floresta (IPF);
- d) Integração Lavoura-Floresta (ILF);
- e) Sistemas Agroflorestais (SAF)

Estes sistemas permitem que uma propriedade rural produza durante o ano todo, com maior diversidade, com intensificação da produção, aumento da produtividade, ganhos ambientais e redução de riscos; entretanto apesar do grande potencial para a intensificação do uso do solo e melhoria na eficiência econômica estes sistemas integrados ainda são pouco difundidos e utilizados, seja por falta de incentivo ou de conhecimento para sua implementação adequada à realidade das propriedades do Estado do Acre.

LINHA PROGRAMÁTICA 6.4: adoção dos sistemas de produção ILPF e sistemas agroflorestais (SAF)					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Criar e implantar programa de divulgação de sistemas de produção ILPF e SAF	AC	SEPA Emater	FAEAC Sindicatos Rurais Embrapa	Seminários Palestras	1.000 produtores
Elaborar diagnóstico de adoção e identificar regiões prioritárias para ações de transferência de tecnologia.	AC	SEPA Emater	FAEAC Embrapa	Estudo diagnostico	1 Estudo
Capacitar técnicos e multiplicadores em sistemas ILPF e SAF	AC	SEPA Emater	FAEAC IFAC UFAC EII	Cursos de capacitação	2 cursos
Criar e implantar unidades demonstrativas de sistemas ILPF e SAF	AC	SEPA Emater	FAEAC Sindicatos Rurais Embrapa	Unidades Demonstrativas	4 UD

7.6.5 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.5: Implementação um entreposto de calcário: para o desenvolvimento de um setor de agronegócios e a adoção de uma agropecuária de baixa emissão de carbono a necessidade de alguns insumos pode se tornar um fator limitante, dentre as várias focaremos em um deles: o calcário.

De uma forma geral pode-se afirmar que os solos do bioma Amazônia e Cerrado possuem baixo pH, e não raramente elevados níveis de Al⁺⁺⁺, estes dois fatores isoladamente ou em conjunto são limitantes para melhoria da produtividade e restauro de pastagens severamente degradadas.

Esse não seria um grande problema uma vez que o calcário é um produto abundante e relativamente barato, além do mais uma operação de calagem produz efeito por vários anos. Entretanto pelas características geomorfológicas do Estado do Acre, não existem formações de rocha calcárea no Estado, em geral o produto é importado das mineradoras do Mato Grosso há pelo menos 1.300 km de distância.

O custo do frete portanto torna-se um problema, podendo até triplicar o valor do produto para um produtor do Acre.

A proposta aqui é que se organize um entreposto de estocagem e comercialização de calcário, permitindo melhores mecanismos de compra e de logística do produto.

LINHA PROGRAMÁTICA 6.5: Implementação um entreposto de calcário					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Elaborar um diagnóstico de demanda e oferta do produto	AC	SEPA Emater	FAEAC Sindicatos Rurais Embrapa	Estudo diagnostico	1 Estudo
Avaliar mecanismos de compra em <i>pool</i> ou por intermediação de empresa pública	AC	SEPA Emater	FAEAC CDSA	Estudo de viabilidade	1 Estudo
Avaliar mecanismos de contratação da logistica (<i>hedge, pool, frete retorno</i>)	AC	SEPA Emater	FAEAC CDSA	Estudo de viabilidade	1 Estudo
Criar e implantar um entreposto de armazenamento e distribuição de calcario	AC	SEPA Emater	FAEAC Prefeitura	Entreposto comercial	1 Entreposto

7.6.6 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.6: Técnicas de agricultura sustentável, tais como: plantio direto, fixação biológica de nitrogênio e tratamento e aproveitamento de dejetos animais.

Estas três tecnologias compõe o Plano ABC nacional, o que nos permite traçar um paralelo entre este Plano e aquele. O plantio direto é largamente utilizado principalmente nas culturas de grãos em escala comercial, é uma tecnologia bastante difundida, com enormes benefícios seja no manejo do solo como na economia de combustível.

A tecnologia de plantio direto, foi introduzida na região dos Campos Gerais no Estado do Paraná, difundida em todo país sua implementação ainda guarda alguns desafios de adaptação à outras regiões. Assim como outras regiões brasileiras, a região produtora de grãos do Acre apresenta um período de entressafra de clima seco, dificultando a implementação de uma cultura que promova a proteção do solo por todo ano.

A fixação biológica de nitrogênio, é uma tecnologia de domínio generalizado principalmente no cultivo de soja, em algumas leguminosas, mas ainda incipiente em outros cultivos.

O tratamento e aproveitamento dos dejetos animais (suinocultura e avicultura) permitem reduzir o volume de fertilizantes químicos utilizados, bem como uma alternativa, em geral de menor custo para adubação.

Tanto a fixação biológica de nitrogênio, como o aproveitamento dos dejetos animais permitem reduzir o uso de fertilizantes nitrogenados, geralmente derivados de petróleo e cujo ciclo no solo implica na emissão de NO₃, cuja contribuição às mudanças climáticas é enormemente superior ao do CO₂eq.

LINHA PROGRAMÁTICA 6.6: Técnicas de agricultura sustentável,					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Fomentar o uso de práticas de agricultura sustentável que contribuam para agricultura de baixa emissão de carbono	AC	SEPA Emater	FAEAC Sindicatos Rurais GTPS IFAC Embrapa	Treinamentos	150 agricultores e tecnicos
Apoiar as ações de PD&I na temática de plantio direto, cultivo mínimo, tecnologias conservacionistas, etc.	AC	SEPA Embrapa	FAEAC IFAC UFAC EII	Projetos de pesquisa	2 projetos
Estudar metodologias e desenvolver mecanismos para desenvolvimento das tecnologias de baixa emissão de carbono	AC	SEPA	FAEAC Embrapa EII	Publicação Técnica Inventário de GEE	1 de cada

7.6.7 – LINHA PROGRAMÁTICA 6.7: Desenvolvimento da piscicultura: que fortaleçam a sustentabilidade e a produtividade da aquicultura, tanto em sistemas de pequena quanto de larga escala;

LINHA PROGRAMÁTICA 6.7: Desenvolvimento da piscicultura:					
Resultados esperados/Ações	Escopo geográfico	Instituição responsável	Parceiros	Produtos	Metas 2022
Definir um plano para regularização dos empreendimentos de piscicultura	ESTADO	SEICT	SEMA SEPA SEFAZ FAEAC	Plano de regularização	1 Plano
Capacitação sobre os aspectos da piscicultura acreana aos projetistas e analistas de instituições financeiras	ESTADO	SEPA	FAEAC SEMA BANCOS	Treinamentos	150 piscicultores e técnicos
Capacitação dos técnicos e desenvolvimento de um sistema de acompanhamento dos serviços de ATER	ESTADO	EMATER	SEPA FAEAC	Treinamentos	50 técnicos
Plano para induzir melhoria dos tecnologia de produção	ESTADO	EMATER	SEPA FAEAC	Plano de Melhoria da Piscicultura	1 Plano
Promoção de melhor gestão do empreendimento e organização dos produtores	ESTADO	EMATER	SEPA FAEAC	Treinamentos	150 piscicultores e técnicos
Melhoria no acesso ao mercado, no produto comercializado,	ESTADO	SEICT	EMATER SEPA	Plano de negócios da Piscicultura	1 Plano
Reduzir a informalidade e melhorar o controle sanitário	ESTADO	SEICT	EMATER SEPA SEFAZ IDAF	Plano de regularização	1 Plano

8 – FONTES E FORMAS DE FINANCIAMENTO

8.1 – Programa ABC (Governo Federal)

O programa ABC é em si mesmo uma linha de crédito rural oficial instituída em 17 de agosto de 2010, e inserido no Plano Safra a partir de 2010-2011, e é a principal linha de financiamento para técnicas de produção sustentáveis. No Plano Safra 2020-2021 os produtores terão acesso a R\$ 2,5 bilhões com taxa de juros de 4,5-6% a.a.

Na safra 2020-2021 os produtores também terão acesso à linha ABC Ambiental, com recursos destinados ao restauro florestal, com a finalidade de contribuir com a adequação das propriedades rurais ao Código Florestal. A partir de 1º de julho de 2020, os produtores também poderão financiar a aquisição de cotas de reserva legal, medida esta aprovada pelo Conselho Monetário Nacional.

O Programa ABC está concluindo uma década de implementação (2010-2020), e está em processo de revisão, os resultados alcançados estão sendo avaliados e uma nova proposta para o período 2021-2030 está em discussão para apoiar o MAPA no fortalecimento da sustentabilidade do setor agropecuário brasileiro, principalmente nos temas relacionados às mudanças climáticas.

Dados do Observatório do ABC, iniciativa do Centro de Estudos em Agronegócios da FGV-SP, reportam que aproximadamente R\$ 97 milhões foram alocados para o Estado do Acre pelo Programa ABC.

8.2 – Plano Plurianual 2020-2023 (PPA)

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo, abrangendo as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública na execução dos gastos e na aplicação dos investimentos. O PPA, juntamente com a LDO e LOA definem o programa de realizações que o governo pretende executar durante seu período administrativo.

Portanto se faz de suma importância que quaisquer planos dentro da esfera pública estejam em harmonia com o PPA, o Plano ABEC aqui proposto sobrepõe-se com vários eixos e programas temáticos do PPA, às quais citaremos a seguir:

8.2.1 – Eixo gestão institucional

Visa dar um salto de qualidade na Gestão Pública do Estado do Acre, utilizando o conhecimento e a inovação para a concepção de novos processos e novos serviços com foco na valorização dos servidores públicos, melhoria e inovação das ferramentas e processos administrativos e na gestão responsável e transparente com qualidade no gasto público, a fim de ofertar serviços e atendimento ágil, digno e de qualidade à sociedade acreana.

8.2.1.1 – Programa Temático: Gestão Moderna Eficiente e Transparente

Objetivo: promover uma administração pública moderna e inovadora, alinhada aos avanços tecnológicos, as boas práticas de gestão e inovação, estímulo à cultura de planejamento, bem como a melhoria de ferramentas e processos para garantir a efetividade das políticas públicas, a transparência, a universalização e a democratização do acesso aos serviços públicos.

Iniciativas: fomento do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de forma integrada e cooperativa considerando as oportunidades e os desafios regionais; Governo digital; Inovação e promoção dos Serviços de Atendimento ao Cidadão; Planejamento e Captação de Recursos; Projeto Governo Integrado; Promoção da Transparência e do Controle na Gestão Pública; e Promover parcerias público privadas e desestatização.

Metas: Criar 2 novos meios de ofertas de serviços públicos; manter índice não inferior a 90% de satisfação do cidadão no atendimento nas Centrais OCA; monitorar 100% dos projetos prioritários de Governo.

8.2.1.2 – Programa Temático: Difusão e Comunicação Pública

Objetivo: Promover o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, estreitando a relação Estado e Sociedade, mediante divulgação das políticas públicas, programas, ações e projetos de interesse público.

Iniciativas: Modernização e Gestão do Sistema Público de Comunicação Estadual; Plano de Comunicação e Informação Pública.

Metas: Implantar um Plano de Comunicação e Informação Pública.

8.2.2 – Eixo economia e agronegócio

Visa o desenvolvimento do processo produtivo, do alinhamento entre as novas tecnologias e uso racional dos recursos florestais, impulsionando uma economia forte e diversificada com programas de governo e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, desenvolvimento das cadeias produtivas, assistência técnica e extensão rural, industrialização, e comércio potencializando as oportunidades regionais direcionadas a geração de emprego e renda, como forma de agregar valor, elevando a produtividade e a competitividade do Estado.

8.2.2.1 – Programa Temático: Desenvolvimento da Economia e Agronegócio

Objetivo: Promover ambiente favorável aos negócios, à geração de emprego e renda, com políticas públicas inovadoras dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico, justiça, inserção social e respeito ao meio ambiente, valorizando as potencialidades do Estado, aumentando a competitividade e agregando valor socioeconômico e ambiental, bem como ampliando a participação nos mercados nacional e internacional dos produtos das principais cadeias produtivas do agronegócio.

Iniciativas: Desenvolvimento da Produção Familiar e do Agronegócio; Desenvolvimento das Cadeias Produtivas; Fomento da Produção Agropecuária; Fortalecimento da Produção Florestal; Fortalecimento do escoamento da produção agrícola; Modernização das unidades de armazenamento da produção.

Metas: Aumentar em 40% o escoamento da Produção Agrícola dos médios e pequenos produtores; Elevar em 4% a participação da produção agropecuária no PIB Acre; Elevar em 4% a participação da produção florestal no PIB Acre; Modernizar 100% das unidades de armazenamento da produção.

8.2.2.2 – Programa Temático: Desenvolvimento Industrial e Comercial

Objetivo: Fomentar a indústria e o comércio, por meio da reestruturação de polos e parques industriais existentes, bem como intensificar as relações de comércio nacional e internacional, a fim de elevar os níveis de produtividade e competitividade dos setores de indústria e comércio local e regional.

Iniciativas: Fortalecimento do Comércio Interno; Implantação de Solução de Gerenciamento das Cadeias Produtivas do Estado; Reestruturação de Polos e Parques Industriais.

Metas: Implantar um plano de desenvolvimento para o comércio interno do Estado; implantar uma solução de gerenciamento das Cadeias Produtivas do Estado.

8.2.2.3 – Programa Temático: Fortalecimento da ATER

Objetivo: Promover Assistência Técnica e Extensão Rural qualificada e permanente, mecanização agrícola e açudagem, aumentando a qualidade dos produtos e serviços rurais, aperfeiçoando os mecanismos de produção e de acesso ao crédito rural, desenvolvendo as cadeias produtivas, fomentando a produção familiar para melhoria das condições de trabalho, de renda e de qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Iniciativas: Apoio ao Crédito Rural Sustentável; Capacitação continuada e assistência técnica aos produtores; Capacitação de entidades em gestão socioprodutiva e ambiental.

Metas: Apoiar a elaboração de 8.000 projetos para obtenção de Crédito Rural; atender 20.000 famílias de produtores rurais.

8.2.2.4 – Programa Temático: Acre Empreendedor

Objetivo: Fortalecer e integrar as ações referentes ao empreendedorismo de alta relevância para o desenvolvimento econômico acreano, abrangendo os empreendimentos econômicos solidários, micro e pequenos empreendedores, associações, cooperativas e o artesanato acreano, impactando diretamente nos indicadores econômicos e sociais do Estado.

Iniciativas: Apoio à exposição de artesanato e produtos regionais nas feiras nacionais e internacionais; Gestão de Feiras Regionais; Incentivo e valorização dos produtos regionais.

Metas: Implantar 2 centros de apoio ao empreendedor acreano em Rio Branco e Cruzeiro do Sul; Reduzir em 30% a falência dos empreendimentos econômicos solidários, micro e pequenos empreendedores, associações, cooperativas e artesanatos.

8.2.2.5 – Programa Temático: Geração e difusão do conhecimento, ciência e tecnologia

Objetivo: Gerar e difundir alternativas científicas, tecnológicas e de inovação, apoiando e oferecendo espaços propícios à promoção de pesquisas científicas, incubação de empresas, contribuindo para a elevação da produção, potencialização do mercado regional com a geração de emprego e renda, em especial contemplando as cadeias produtivas potenciais no Estado do Acre.

Iniciativas: Acreditação dos laboratórios da FUNTAC para atendimento ao Agronegócio; Criação do laboratório de Controle de Qualidade para atender as demandas voltadas ao agronegócio – Agrolab; Criação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT; Difusão de Conhecimento Científico e Tecnológico; Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local da Cadeia Produtiva de Produtos Não Madeireiros; Estudo de viabilidade técnica e econômica de produtos não madeireiros na região do Juruá, Purus e Alto Acre; Fomento à Pesquisa e Formação de Recursos Humanos Formação de Núcleo de Pesquisa e Inovação Identificação de métodos de tratamento de bambus nativos com produtos alternativos sustentáveis; Implantação de Sistema de Indicadores de Desempenho e Monitoramento de Projetos e

Serviços da Cadeia Produtiva; Implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFs em propriedades rurais improdutivas; Implantação de unidades modelos de produção tecnológica de produtos sustentáveis; Metrologia Legal e Qualidade de Bens e Serviços para o Estado do Acre.

Metas: Acreditar um laboratório; Implantar 20 SAF'S S em propriedades rurais de unidades de conservação, com a utilização do cacau no arranjo misto de plantio; Implantar 4 unidades de produção tecnológica de produtos sustentáveis nas regionais do Acre; Implantar um laboratório de Controle de Qualidade para o agronegócio; Implantar um Núcleo de Inovação Tecnológica; Implantar um Plano de Desenvolvimento Local da Cadeia de Produtos Não Madeireiros; Implantar um Sistema de Indicadores de Desempenho e Monitoramento de Projetos e Serviços da Cadeia Produtiva; Realizar 3 estudos de viabilidade técnica e econômica de produtos não-madeireiros em comunidades extrativistas; Realizar 60 ações de difusão de conhecimento sobre técnicas de uso e processamento de produtos madeireiros e não madeireiros.

8.2.2.6 – Programa Temático: Defesa Agropecuária

Objetivo: Garantir a defesa sanitária animal e vegetal através de ações capazes de prevenir, diminuir e eliminar, riscos à saúde dos rebanhos animais, atendendo a estratégia de obtenção de áreas livres sem vacinação contra Febre Aftosa, e das culturas vegetais para aumentar a sua competitividade nos mercados nacional e internacional e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado, preservando a qualidade e sanidade de vegetais e animais, suas partes, produtos, subprodutos, materiais biológicos e resíduos de valor econômico para a consolidação do agronegócio.

Iniciativas: Fortalecimento do Sistema de Defesa Animal; Fortalecimento do Sistema de Defesa Vegetal; Melhoria da infraestrutura de defesa agropecuária; Normatização, regulamentação e fiscalização da entrada, do trânsito, do comércio e do beneficiamento dos produtos, subprodutos e derivados agropecuários.

Metas: Aumentar a taxa de conformidade dos produtos de origem vegetal; construir 3 unidades locais do IDAF no Estado; Garantir 100% da saúde dos rebanhos animais do Estado.

8.2.3 – Eixo Infraestrutura para o Desenvolvimento

Visa o desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural proporcionando serviços públicos de qualidade à sociedade investindo em ações que potencializem o processo de crescimento e desenvolvimento econômico tornando o ambiente favorável e mais atrativo para futuros investimentos, criando possibilidades de competitividades no Estado, bem como gerando emprego, renda e diminuindo a desigualdade

8.2.3.1 – Programa Temático: Rotas do Desenvolvimento

Objetivo: Viabilizar a ampliação, conservação, manutenção e modernização da infraestrutura dos modais terrestres, fluviais e aéreos, visando a integração local, regional e internacional para aumentar a eficiência na movimentação de pessoas e mercadorias no Estado, propiciando um cenário atrativo a novos investidores para o estado e fomentado o comércio e os serviços da economia local.

Iniciativas: Construção de pontes nos municípios do Estado do Acre; Construção de núcleos de apoio logístico e operacional do DERACRE; Construção de pontes em ramais do Estado do Acre; Construção

de rampas fluviais no Estado do Acre; Construção e restauração de rodovias de ligação entre os municípios do Estado do Acre; Construção, urbanização, ampliação e restauração de rodovias; Estudos de viabilidade técnica e ambiental e projetos de engenharia da expansão da malha viária estadual.

Metas: Construir 675,4km de rodovias estaduais nos municípios isolados; construir 3 pontes nos municípios do Estado do Acre; pavimentar 200km de ramais; restaurar e manter 385,2km de rodovias estaduais.

8.2.4 – Eixo Meio Ambiente

Visa promover a preservação, melhoria e recuperação ambiental do Estado através da execução de atividades com baixo impacto ambiental e uso racional dos recursos naturais, bem como a inclusão das potencialidades ambientais às atividades produtivas, contribuindo para diversificação das atividades econômicas estadual.

8.2.4.1 – Programa Temático: Gestão Integrada do Meio Ambiente

Objetivo: Desenvolver ações integradas de uso racional dos recursos naturais por meio da adoção de padrões de consumo e produção, conciliados com a capacidade de suporte e proteção da diversidade biológica do estado e contribuir para o alcance dos objetivos globais de sustentabilidade ambiental.

Iniciativas: Fortalecimento do Monitoramento e Fiscalização Ambiental; Gestão nas Unidades de Conservação Estadual; Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P; Implementação do Plano de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos; Implementação do Plano Estadual de Gestão de Riscos de Desastres Ambientais; Modernização e facilitação do licenciamento ambiental outorga e segurança de barragens; Monitoramento da Qualidade da Água; Monitoramento do Desmatamento e Queimadas Ilegais; Monitoramento Hidrometeorológico; Outorga, Fiscalização e Segurança de Barragens Projeto Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis; Projeto Ordenamento Territorial Local – OTL; Projeto Zoneamento Ecológico - Econômico - ZEE – FASE III.

Metas: Emitir até 780 documentos/ano de monitoramento ambiental (boletins do tempo, relatórios hidrometeorológicos e de focos de calor, semanalmente); Executa 20 atividades de educação ambiental, anualmente; Executar 200 atividades de monitoramento/fiscalização, anualmente; Implantar um Programa de Uso Público, monitoramento da biodiversidade e fiscalização nas 9 Unidades de Conservações Estaduais; Implantar e assessorar tecnicamente 50 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais; Implementar um Plano Estadual de Educação Ambiental; Manter as 25 estações hidrometeorológicas; Monitorar 26 pontos nos principais rios do estado incluindo as UCs estaduais; Publicar 22 Ordenamentos Territoriais Locais – OTLs; Realizar intercâmbios para 30 gestores/ano de áreas naturais protegidas do Acre; Reduzir 20% dos custos financeiros com o consumo de materiais e energia na administração públicos - A3P; Reduzir até 80% do desmatamento ilegal em todo o estado do Acre; Reduzir em 30% o tempo de tramitação dos processos de licenciamento, outorga e segurança de barragens.

8.2.4.2 – Programa Temático: Negócios Florestais

Objetivo: Fortalecer a economia florestal, atraindo os mercados regional, nacional e internacional através de uma política de incentivo à implantação de negócios florestais, apoiando o reflorestamento com prioridade para recuperação de áreas degradadas, alteradas e subutilizadas, o manejo florestal

sustentável madeireiro e não madeireiro e as concessões florestais, especialmente nas florestas públicas e o suporte ao pequeno produtor para a regularização ambiental da propriedade e posse rural, por meio do Cadastro Ambiental Rural – CAR e do Programa de Regularização Ambiental – PRA, bem como, oportunizar negócios de baixas emissões com valoração de ativos ambientais.

Iniciativas: Consolidação do Cadastro Ambiental Rural – CAR e Programa de Regularização – PRA; Desenvolvimento de estratégias voltadas para captação de recursos financeiros para consolidação das cadeias produtivas de baixas emissões; Gestão de Ativos Ambientais; Implantação de ferramentas de divulgação e promoção de produtos e serviços ambientais com alto potencial de comercialização em mercados sustentáveis acessíveis e potenciais investidores; Incentivo a Serviços Ambientais Projeto Concessão Florestal; Projeto Mais Florestas: PDCs, Ramais, PNHR, Piscicultura e Sistemas Alternativos de Energia; Projeto Manejo Florestal Sustentável Madeireiro e Não Madeireiro; Projeto Silvicultura Prospecção de mercados da economia verde nacional e internacional; Valoração de serviços ambientais e produtos da socio biodiversidade.

Metas: Alcançar 8.436,289 hectares com o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário (PMFSC); Assessorar tecnicamente e capacitar 2.566 piscicultores; Construir e entregar 500 unidades habitacionais aos agricultores familiares e populações tradicionais nos 22 municípios; Firmar 8 convênios de subvenção econômica das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros na região do Juruá; Firmar 310 Termos de Compromisso Ambiental - TCA anualmente; Implantar um Sistema de Gestão de Ativos Ambientais; Implantar e assessorar tecnicamente 50 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais; Implementar 64 Planos de Desenvolvimento Comunitário - PDCs nos municípios de Capixaba, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Senador, Guimard e Tarauacá; Negociar 7 produtos nos mercados nacional e internacional; Produzir 500.000 mudas por ano; Realizar a concessão de 238.610,19 ha para o setor privado para extração da madeira; Recuperar 176 km de ramais na zona rural dos municípios de Xapuri, Brasileia, Manoel Urbano, Feijó e Mâncio Lima; Valorar 5 cadeias produtivas.

8.2.4.3 – Programa Temático: Regularização Fundiária do Estado do Acre

Objetivo: Executar e promover a regularização, ordenação e reordenação fundiária rural e urbana, a destinação das terras públicas, a arrecadação das terras devolutas, cadastramento rural e mediação de conflitos pela posse de terra para que o cidadão, uma vez proprietário do lote tenha oportunidades de evolução econômica e social.

Iniciativas: Assentamento e titulação de lotes com foco no agronegócio; Regularização da Floresta Estadual do Jurupari; Regularização de vazios fundiários em todas as regiões do Estado; Regularização fundiária estadual urbana; Titulação de lotes renascentes dos Projetos de Assentamento do INCRA

Metas: Assentar aproximadamente 300 famílias na região do Alto Purus; Regularizar 10.700 lotes urbanos localizados nos municípios de Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Senador Guimard, Capixaba, Plácido de Castro e Acrelândia; Regularizar 100% dos vazios fundiários que não possuam impedimentos jurídicos; Regularizar 100% dos vazios fundiários que não possuam impedimentos jurídicos nas regiões do Purus, Tarauacá-Envira e Juruá; Regularizar 141 lotes da Floresta Estadual do Jurupari; Titular 1.640 lotes remanescentes de projetos do INCRA (1 Projeto de Assentamento Rápido – PAR e 5 Projetos de Assentamento Dirigidos – PADs).

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que este Plano ofereça aos gestores públicos as linhas orientadoras para que possam elaborar os respectivos planos operacionais, que seriam não somente o detalhamento ao nível das atividades, mas também incluiria um cronograma, tendo como norte os prazos estabelecidos nas metas globais.

Um bom indicador da linha de chegada e da medida de sucesso na implementação deste Plano é o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, tomamos como nível referencial (benchmarking) os demais Estados da União com desempenho econômico superior ao Acre.

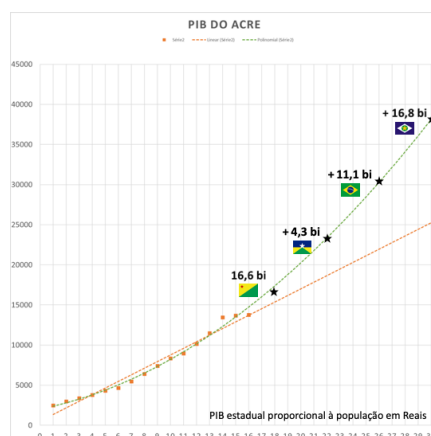
A primeira meta de curto prazo fixada para 2022 (4 anos) é de atingir um patamar de atividade econômica equivalente ao Estado de Rondônia atualmente, proporcionalmente a população do Acre, seria necessário aumentar a economia do Estado em 4,3 bilhões de Reais.

Para que se possa ter uma ideia da dimensão e do tamanho deste desafio, a somatória do Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária e da Indústria do Acre em 2017 é de 2,7 bilhões de Reais.

A segunda meta de médio prazo para 2026 (8 anos) é atingir um patamar de atividade econômica que hoje corresponde à média brasileira em 2018, novamente em valor proporcional a população do Acre o PIB adicional seria de 11,1 bilhões de Reais aos valores de hoje.

E finalmente, no que convencionamos colocar aqui como sendo o longo prazo, ou seja, em 2030 um horizonte temporal de 12 anos atingir um patamar de atividade econômica, em proporção a população do Acre, equivalente ao do Estado de Mato Grosso nos dias atuais, para isso somar-se-ia 16,8 bilhões de Reais ao PIB estadual.

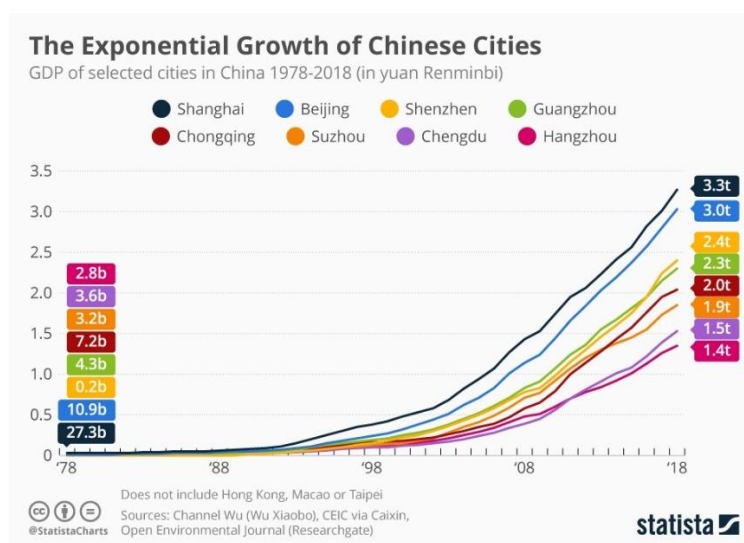
Em resumo, almeja-se dobrar o PIB Acreano em 12 anos. Com múltiplos reflexos na renda da população, no emprego, na arrecadação estadual, e conseqüentemente na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.








Metas arrojadas e audaciosas são sempre um ótimo sinal do comprometimento do Governo para com o desenvolvimento do Estado, obrigam o gestor público e sua equipe a reinventarem-se e fornecem aos líderes e à sociedade uma métrica para a avaliação da performance, em última instância insumo básico para uma gestão por meritocracia.

Mas existe um limite a partir da qual uma meta pode se tornar em mera retórica dada sua inexecuibilidade, tal fato também foi considerado na elaboração dos macro-objetivos, das metas globais, e linhas estruturantes deste Plano.

O gráfico abaixo mostra o espetacular crescimento do PIB das maiores cidades chinesas, note que a cidade de Shanghai em 1978 possuía um PIB equivalente ao Estado do Acre (27,3 bilhões de Yuans ou 16,4 bilhões de Reais). Passados 40 anos a cidade de Shanghai ostenta um PIB 120 vezes maior, semelhante ao PIB do Estado de São Paulo (2 trilhões de Reais). Ou seja, existe precedente.



Pesquisas recentes entre as empresas e governos de maior sucesso mostram que alguns fatores foram decisivos e que quando estes se alinham favoravelmente há uma boa chance de sucesso, estes pontos podem ser identificados em cada parte deste Plano, são eles:

-  **TIMING 42%**
-  **TIME EXECUÇÃO 32%**
-  **IDEIA 28%**
-  **MODELO DE NEGÓCIO 24%**
-  **FINANCIAMENTO 14%**

10 – REFERENCIAS

- SEPLAN/AC. 2017. “Acre em Números 2017”. Rio Branco, AC: Secretaria de Estado de Planejamento / Departamento de Acompanhamento da Gestão – DAG.
- SEPLAN/AC. 2019. “Plano Plurianual Acre 2020-2023.” Rio Branco, AC: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
- Nova Aqua Atividades de Apoio à Aquicultura Ltda. 2020. “Plano Estratégico para Piscicultura no Acre”. Manaus, AM: Nova Aqua.
- Nova Aqua Atividades de Apoio à Aquicultura Ltda. 2020. “Plano de Negócios para Piscicultura no Acre”. Manaus, AM: Nova Aqua.
- Cameli, Gladson. 2018. “Plano de Governo 2019-2022”. Rio Branco, AC: Gladson Cameli, Major Rocha.
- Forum Permanente de Desenvolvimento do Acre. 2019. “Boletim Trimestral Agronegócio”. Rio Branco, AC: www.observatóriodoacre.org.br
- Observatorio do Desenvolvimento. 2019. “Comércio Exterior”. Rio Branco, AC: www.forumacre.org.br
- Forum Permanente de Desenvolvimento do Acre. 2019. “Informativo nº2 – Setor Agropecuário” Rio Branco, AC: www.observatóriodoacre.org.br
- Forum Permanente de Desenvolvimento do Acre. 2019. “Informativo Setor Florestal Madeireiro” Rio Branco, AC: www.observatóriodoacre.org.br
- Forum Permanente de Desenvolvimento do Acre. 2019. “Macrotendências Mundiais e Oportunidades para o Estado do Acre” Rio Branco, AC: www.observatóriodoacre.org.br
- Forum Permanente de Desenvolvimento do Acre. 2017. “Resultados Preliminares Censo Agropecuario Acre/2017” Rio Branco, AC: www.observatóriodoacre.org.br
- SUDAM. 2017. “Microeixos de Transportes dos Estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso e Rondonia” Santarém,PA:

Elaboração:

